

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	15
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	110
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	112
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	113

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	150.899.210
Preferenciais	80.408.816
Total	231.308.026
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.178.877	1.362.141
1.01	Ativo Circulante	589.532	144.507
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	332.470	110.686
1.01.02	Aplicações Financeiras	236.180	0
1.01.03	Contas a Receber	1	1
1.01.03.01	Clientes	1	1
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.641	7.327
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.641	7.327
1.01.06.01.01	Ativo Fiscal Corrente	6.641	7.327
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.295	4.741
1.01.07.01	Pagamentos Antecipados	3.520	1.480
1.01.07.02	Adiantamento a Fornecedores	3.775	3.261
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.945	21.752
1.01.08.03	Outros	6.945	21.752
1.01.08.03.01	Outros Créditos	1.763	1.260
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	5.142	20.452
1.01.08.03.03	Cauções e Depósitos Vinculados	40	40
1.02	Ativo Não Circulante	1.589.345	1.217.634
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	28.159	27.155
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	27.591	26.589
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	27.591	26.589
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	568	566
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	452	451
1.02.01.09.06	Outros Créditos	116	115
1.02.02	Investimentos	994.685	982.779
1.02.02.01	Participações Societárias	994.685	982.779
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	994.685	982.779
1.02.03	Imobilizado	566.501	207.700
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.601	14.614
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	550.900	193.086

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.178.877	1.362.141
2.01	Passivo Circulante	22.809	23.439
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.416	8.465
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.416	8.465
2.01.02	Fornecedores	3.449	2.273
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.449	2.273
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.347	1.450
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.584	11.239
2.01.04.02	Debêntures	11.584	11.239
2.01.05	Outras Obrigações	13	12
2.01.05.02	Outros	13	12
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	13	12
2.02	Passivo Não Circulante	348.066	338.102
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	334.825	325.028
2.02.01.02	Debêntures	334.825	325.028
2.02.02	Outras Obrigações	13.154	12.987
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.154	12.987
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	13.154	12.987
2.02.04	Provisões	87	87
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	87	87
2.03	Patrimônio Líquido	1.808.002	1.000.600
2.03.01	Capital Social Realizado	981.602	981.585
2.03.01.01	Capital Social	1.017.714	1.017.697
2.03.01.02	Gasto na emissão de ações	-36.112	-36.112
2.03.02	Reservas de Capital	865.196	55.067
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	810.129	0
2.03.02.07	Reserva de Capital	55.067	55.067
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-38.796	-36.052

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	62
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-382	-452
3.02.01	Depreciação e Amortização	-382	-387
3.02.02	Custo de Operação	0	-65
3.03	Resultado Bruto	-382	-390
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	650	-915
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.143	-9.570
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-307	-237
3.04.03.01	Depreciações e Amortizações	-307	-237
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-181	-536
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.281	9.428
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	268	-1.305
3.06	Resultado Financeiro	-3.012	225
3.06.01	Receitas Financeiras	2.957	6.963
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.969	-6.738
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.744	-1.080
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.744	-1.080
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.744	-1.080

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.744	-1.080
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.744	-1.080

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.174	-8.484
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.116	-2.955
6.01.01.01	Resultado do Período	-2.744	-1.080
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	689	624
6.01.01.03	Encargos sobre mutuo	-162	-532
6.01.01.05	Baixas de Ativo Imobilizado	0	621
6.01.01.07	Juros sobre Aplicações Financeiras e Cauções	-1	0
6.01.01.08	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.281	-9.428
6.01.01.09	Juros sobre Debêntures	5.606	6.239
6.01.01.10	Apropriação dos custos sobre debêntures	104	101
6.01.01.11	Provisão para gratificações a pagar	673	500
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.290	-5.529
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	686	-1.415
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	-2.040	3
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Créditos com Fornecedores	-514	-197
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber	-504	-786
6.01.02.05	(Redução) Aumento em Fornecedores	1.176	-3.119
6.01.02.06	(Redução) Aumento em Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	1.897	-767
6.01.02.07	(Redução) Aumento em Outras Contas	1	1
6.01.02.10	Salários e férias a pagar	-4.722	677
6.01.02.11	Contas a receber de clientes	0	74
6.01.02.12	Dividendos recebidos	15.310	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-592.556	-117.454
6.02.01	(Aumento) Redução no AFAC	-625	-70.691
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado em Serviço	-1.676	-779
6.02.03	Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	-353.382	-45.984
6.02.04	(Aumento) Redução nas aplicações financeiras	-236.180	0
6.02.05	Mútuo com Partes Relacionadas - Concedidos	-757	0
6.02.06	Mútuo com Partes Relacionadas - Recebidos	64	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	810.166	45.058
6.03.03	Mútuo com Partes Relacionadas - Ingresso	51	21
6.03.04	Mútuo com Partes Relacionadas - Pagamento	-31	0
6.03.05	Mútuo com Partes Relacionadas - Concedido	0	-172
6.03.06	Mútuo com Partes Relacionadas - Recebidos	0	45.367
6.03.07	Emissão de ações	17	13
6.03.08	Custos na captação de debêntures	0	-171
6.03.09	Recursos para futuro aumento da capital	810.129	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	221.784	-80.880
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.686	384.006
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	332.470	303.126

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	981.585	55.067	0	-36.052	0	1.000.600
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	981.585	55.067	0	-36.052	0	1.000.600
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17	810.129	0	0	0	810.146
5.04.01	Aumentos de Capital	17	0	0	0	0	17
5.04.08	Recurso para futuro aumento de capital	0	810.129	0	0	0	810.129
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.744	0	-2.744
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.744	0	-2.744
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	981.602	865.196	0	-38.796	0	1.808.002

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	981.445	52.275	0	-41.580	0	992.140
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	981.445	52.275	0	-41.580	0	992.140
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13	0	0	0	0	13
5.04.01	Aumentos de Capital	13	0	0	0	0	13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.080	0	-1.080
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.080	0	-1.080
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	981.458	52.275	0	-42.660	0	991.073

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	12.494	4.484
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	86
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	12.494	4.398
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.620	-6.135
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	0	-65
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.620	-6.070
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.874	-1.651
7.04	Retenções	-689	-624
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-689	-624
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.185	-2.275
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.238	16.391
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.281	9.428
7.06.02	Receitas Financeiras	2.957	6.963
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.423	14.116
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.423	14.116
7.08.01	Pessoal	8.554	8.047
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.692	6.661
7.08.01.02	Benefícios	1.371	1.020
7.08.01.03	F.G.T.S.	491	366
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.721	246
7.08.02.01	Federais	1.721	240
7.08.02.02	Estaduais	0	3
7.08.02.03	Municipais	0	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.892	6.903
7.08.03.01	Juros	10.038	6.239
7.08.03.02	Aluguéis	544	387
7.08.03.03	Outras	310	277
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.744	-1.080
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.744	-1.080

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	4.445.277	3.672.179
1.01	Ativo Circulante	789.482	441.615
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	361.022	132.598
1.01.02	Aplicações Financeiras	355.248	241.449
1.01.03	Contas a Receber	22.913	20.923
1.01.03.01	Clientes	22.913	20.923
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.236	10.751
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.397	7.403
1.01.07.02	Pagamentos Antecipados	3.828	2.338
1.01.07.03	Adiantamento a fornecedores	6.569	5.065
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	29.666	28.491
1.01.08.03	Outros	29.666	28.491
1.01.08.03.01	Outros Creditos	1.791	1.260
1.01.08.03.02	Cauções e Depósitos Vinculados	27.875	27.231
1.02	Ativo Não Circulante	3.655.795	3.230.564
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	133.819	125.079
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.220	948
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.220	948
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	132.599	124.131
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	132.449	123.981
1.02.01.09.06	Outros Créditos	150	150
1.02.03	Imobilizado	3.521.976	3.105.485
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.443.185	1.459.662
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.078.791	1.645.823

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	4.445.277	3.672.179
2.01	Passivo Circulante	1.344.323	1.380.939
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.416	8.465
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.416	8.465
2.01.02	Fornecedores	187.239	244.434
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	187.239	244.434
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.987	7.549
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.134.616	1.111.373
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.123.032	1.100.134
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.123.032	1.100.134
2.01.04.02	Debêntures	11.584	11.239
2.01.05	Outras Obrigações	8.065	9.118
2.01.05.02	Outros	8.065	9.118
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	318	182
2.01.05.02.06	Contas a Pagar - CCEE/Eletrobrás	7.747	8.936
2.02	Passivo Não Circulante	1.292.952	1.290.640
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.278.218	1.278.883
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	943.393	953.855
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	943.393	953.855
2.02.01.02	Debêntures	334.825	325.028
2.02.02	Outras Obrigações	11.671	11.670
2.02.02.02	Outros	11.671	11.670
2.02.02.02.04	Contas a Pagar - CCEE/Eletrobrás	11.671	11.670
2.02.04	Provisões	3.063	87
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	87	87
2.02.04.02	Outras Provisões	2.976	0
2.02.04.02.04	Provisão para perda sobre investimento	2.976	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.808.002	1.000.600
2.03.01	Capital Social Realizado	981.602	981.585
2.03.01.01	Capital Social	1.017.714	1.017.697
2.03.01.02	Gasto na Emissão de Ações	-36.112	-36.112
2.03.02	Reservas de Capital	865.196	55.067
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	810.129	0
2.03.02.07	Reserva de Capital	55.067	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-38.796	-36.052

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	53.601	55.451
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.414	-23.070
3.02.01	Depreciação e Amortização	-17.513	-16.945
3.02.02	Custo de Operação	447	-3.264
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Distribuição	-2.348	-2.861
3.03	Resultado Bruto	34.187	32.381
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.796	-11.671
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.420	-10.293
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-310	-240
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-88	-1.138
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.978	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.391	20.710
3.06	Resultado Financeiro	-17.688	-18.626
3.06.01	Receitas Financeiras	7.011	7.997
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.699	-26.623
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	703	2.084
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.447	-2.785
3.08.01	Corrente	-3.573	-2.778
3.08.02	Diferido	126	-7
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.744	-701
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.744	-701
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.744	-701

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.744	-701
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.744	-701
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.744	-701

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.651	5.702
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	37.876	41.885
6.01.01.01	Resultado do Período	-2.744	-701
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	17.823	17.185
6.01.01.05	Baixas de Ativo Imobilizado	0	621
6.01.01.06	Juros sobre Empréstimos	17.535	18.304
6.01.01.07	Juros sobre Aplicações Financeiras e Cauções	-4.359	-1.132
6.01.01.09	Juros sobre Debêntures	5.606	6.239
6.01.01.10	Apropriação dos Custos sobre Debêntures	104	101
6.01.01.11	Apropriação dos Custos sobre Empréstimos	154	153
6.01.01.12	Impostos Diferidos	-272	19
6.01.01.13	Provisão para Gratificações a Pagar	673	500
6.01.01.14	Outras Despesas	0	596
6.01.01.15	CCEE/Eletrobras	378	0
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.978	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.225	-36.183
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes	-1.990	209
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	515	-1.641
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	-1.490	777
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Créditos com Fornecedores	-1.504	-555
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber	-531	-605
6.01.02.06	(Redução) Aumento em Fornecedores	-273	-33.251
6.01.02.08	(Redução) Aumento em Outras Contas	136	47
6.01.02.09	Pagamento de IR e CS	-1.722	-2.355
6.01.02.10	Pagamentos de Juros sobre Empréstimos	-17.765	-2.079
6.01.02.11	Cauções e Depósitos Vinculados	-5.473	26
6.01.02.12	Impostos a Recolher	4.160	2.891
6.01.02.13	Salários e Férias a Pagar	-4.722	677
6.01.02.14	Contas a Pagar - Eletrobras/CCEE	-1.566	-324
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-577.045	-167.380
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado em Serviço	-1.346	-797
6.02.03	Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	-239.633	-166.583
6.02.04	Aportes de Capital em Investidas	-2	0
6.02.05	Aplicações Financeiras	-109.407	0
6.02.06	Pagamento de Imobilizado adquirido em períodos anteriores	-226.657	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	799.818	-1.416
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos	-16.675	-1.258
6.03.06	Emissão de ações	17	13
6.03.07	Custos na Captação de Debêntures	0	-171
6.03.08	Recursos para Futuro Aumento de Capital	810.129	0
6.03.09	Valores Recebidos de Empréstimos e Financiamentos	6.347	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	228.424	-163.094
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	132.598	608.122
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	361.022	445.028

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	981.585	55.067	0	-36.052	0	1.000.600	0	1.000.600
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	981.585	55.067	0	-36.052	0	1.000.600	0	1.000.600
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17	810.129	0	0	0	810.146	0	810.146
5.04.01	Aumentos de Capital	17	0	0	0	0	17	0	17
5.04.08	Recursos para Futuro Aumento de Capital	0	810.129	0	0	0	810.129	0	810.129
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.744	0	-2.744	0	-2.744
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.744	0	-2.744	0	-2.744
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	981.602	865.196	0	-38.796	0	1.808.002	0	1.808.002

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	981.445	52.275	0	-41.580	0	992.140	-743	991.397
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	981.445	52.275	0	-41.580	0	992.140	-743	991.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13	0	0	0	0	13	0	13
5.04.01	Aumentos de Capital	13	0	0	0	0	13	0	13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.080	0	-1.080	379	-701
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.080	0	-1.080	379	-701
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	981.458	52.275	0	-42.660	0	991.073	-364	990.709

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	87.280	62.883
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	55.618	57.546
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	31.662	5.337
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.705	-13.520
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.901	-6.125
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.804	-7.395
7.03	Valor Adicionado Bruto	75.575	49.363
7.04	Retenções	-17.823	-17.185
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.823	-17.185
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	57.752	32.178
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.705	9.820
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.978	0
7.06.02	Receitas Financeiras	10.683	9.820
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	65.457	41.998
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	65.457	41.998
7.08.01	Pessoal	8.554	8.047
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.692	6.661
7.08.01.02	Benefícios	1.371	1.020
7.08.01.03	F.G.T.S.	491	366
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.346	5.216
7.08.02.01	Federais	7.346	5.210
7.08.02.02	Estaduais	0	3
7.08.02.03	Municipais	0	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.301	29.436
7.08.03.01	Juros	50.413	27.305
7.08.03.02	Aluguéis	544	387
7.08.03.03	Outras	1.344	1.744
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.744	-701
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.744	-701

Comentário do Desempenho



RELEASE DE RESULTADOS 1T14

São Paulo, 05 de maio de 2014.

DESTAQUES DO PERÍODO E EVENTOS SUBSEQUENTES

- Comercialização de 295 MW médios no mercado livre.
- Pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH.
- Atualização sobre aumento de capital e entrada da Cemig GT ou SPE no bloco de controle da Renova.
- Desenvolvimento do primeiro projeto híbrido eólico + solar e anúncio de LER para energia solar.
- Concatenação dos parques que comercializaram energia no LEN 2011 (A-3) e LER 2010 com a entrada em operação das linhas de transmissão.
- Alto Sertão I: *potencial eólico medido* dos parques continua superior ao P50.
- Receita operacional líquida de R\$ 53,6 milhões no trimestre.
- EBITDA ajustado atingiu R\$ 39,6 milhões no primeiro trimestre de 2014, com margem de 73,8%.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Pedro Pileggi

Diretor Financeiro e de RI

Márcio de Souza Machado

Superintendente de Finanças e de RI

Flávia Carvalho

Gerente de RI

ri@renovaenergia.com.br

(11) 3509-1104

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Inês Castelo - ines@tree.inf.br

(11) 3093-3600

DADOS EM 02/04/2014

RNEW11 = R\$ 40,63/Unit

VALOR DE MERCADO BM&FBOVESPA

R\$ 3.132,7 milhões

Renova Energia S.A. é uma companhia de geração de energia por fontes renováveis com foco em parques eólicos, pequenas centrais hidrelétricas e projetos de energia solar. A Renova é a maior empresa de energia renovável em capacidade instalada contratada no Brasil. A empresa faz a prospecção, desenvolvimento e implementação de empreendimentos de geração de energia renovável. Nos seus 13 anos de atuação, a Renova investiu na formação de uma equipe multidisciplinar, altamente capacitada e composta por profissionais com experiência no setor elétrico. A Renova comercializou 1.217,4 MW de capacidade instalada de energia eólica no mercado regulado e 883,8 MW (considerando 50% do PPA com a Cemig GT) no mercado livre. Adicionalmente, a Companhia possui 190,2 MW de capacidade instalada de energia de PCHs, sendo que 148,4 MW são provenientes da participação de 51% na Brasil PCH. A participação de 51% na Brasil PCH será efetivada após a finalização do aumento de capital, pois a Companhia hoje detém 60% da controlada Chipley que detém 51% da Brasil PCH.

Comentário do Desempenho



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Renova iniciou o ano de 2014 seguindo sua estratégia de crescimento e desenvolvimento de energia renovável no Brasil. Já no primeiro trimestre do ano, a Renova Comercializadora, subsidiária da Companhia, fechou um acordo com a Cemig GT para fornecimento de 295 MW médios entre 2016 e 2031. Os parques serão desenvolvidos na Bahia e possuem 676,2 MW de capacidade instalada. A Cemig GT tem a opção, de em até um ano da assinatura do PPA, de participar em até 50% do empreendimento e, considerando o exercício desta opção, a capacidade instalada da Companhia passará de 1.953,3 MW para no mínimo 2.291,4 MW.

A Companhia também realizou o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH no valor de R\$ 739,9 milhões em fevereiro de 2014. O montante restante do aumento de capital a ser subscrito pela Cemig GT ou por uma sociedade de propósito específico, da qual a Cemig GT detenha no mínimo 50% de participação e um fundo de investimento em participações detenha no máximo os outros 50%, no valor de R\$ 810,1 milhões, foi transferido para a Companhia em março por meio de um AFAC pela Cemig GT, em caráter irrevogável e irretratável. Esses recursos serão integralizados até o dia 29 de julho de 2014, data do encerramento do direito de preferência decorrente do aumento de capital.

A Companhia também está desenvolvendo um projeto inovador, o primeiro projeto híbrido com energia eólica e energia solar do país. O projeto contará com dois parques de energia eólica com capacidade instalada de 21,7 MW, correspondente a 11,0 MW médios e um parque solar com capacidade instalada de 4,8 MWp, correspondente a aproximadamente 1 MW médio, a ser instalado na Bahia, na mesma região dos parques eólicos da Companhia. O projeto foi contratado com a FINEP no valor de até R\$ 108,0 milhões, com taxa de 3,5% ao ano.

Ainda em relação a energia solar, o Ministério de Minas e Energia declarou que a ANEEL irá realizar um leilão de energia de reserva somente com energia proveniente de geração solar, resíduos sólidos urbanos, incluindo biogás de resíduos sólidos, e eólica. O certame deverá ser dividido por produtos. A Companhia investe constantemente no desenvolvimento da fonte solar e está preparada para aproveitar as oportunidade do setor.

Outra boa notícia, é que de acordo com o despacho da ANEEL, foi alterado o cronograma físico da implantação dos nove parques eólicos que comercializaram energia no LEN 2011 (A-3) e o início de suprimento dos respectivos parques a fim de concatená-los com a entrada em operação comercial das linhas de transmissão que atenderão tais empreendimentos eólicos e que estão atrasadas. Em reunião de diretoria da ANEEL realizada no dia 28 de abril de 2014, também foi deferida a concatenação dos parques que comercializaram energia no LER 2010 com as respectivas linhas de transmissão e, a Companhia aguarda a publicação do despacho.

Tanto os parques do LER 2010 quanto os parques do LEN 2011 (A-3) (em conjunto, Alto Sertão II) estão concluídos e em fase final de financiamento, uma vez que os empréstimos pontes já foram tomados e serão substituídos pelo longo prazo a ser assinado pela Companhia e o BNDES.

Os parques do LER 2009 (Alto Sertão I), assim como os parques do LER 2010 poderão estar conectados e gerando ainda no primeiro semestre do ano, de acordo com o cronograma do Acompanhamento dos Empreendimentos de Transmissão (SIGET) da ANEEL. Desde a data de conclusão dos parques do LER 2009 em julho de 2012 até março de 2014 (21 meses), a produção estimada de energia é 11,6% superior ao P50 (estimativa média de produção de energia) e 31,3% superior ao P90 (estimativa conservadora de produção).

Comentário do Desempenho



A Renova continuará a desenvolver sua estratégia de crescimento e implantação de projetos de energia renovável e já está trabalhando nas obras e financiamento dos parques do Alto Sertão III e, para isso, já solicitou o enquadramento dos projetos junto ao BNDES.

1. DESTAQUES EM DETALHE:

1.1. Comercialização de 295 MW médios no mercado livre.

A Renova Comercializadora de Energia, subsidiária da Companhia, comercializou em 21 de março de 2014, 295 MW médios de energia para fornecimento entre 2016 e 2031, conforme edital de venda de energia elétrica publicado pela Companhia em 07 de fevereiro de 2014 (“Contrato”).

O referido edital tinha como objetivo a venda de energia elétrica pela Renova Comercializadora, bem como a busca de parceiros para o desenvolvimento do projeto eólico que atenderá o Contrato por meio da outorga de opção de participação de até 50% do empreendimento.

Após o processo de adesão, habilitação e classificação de melhor proposta, a Cemig GT sagrou-se vencedora do referido leilão e poderá exercer a opção, em até um ano da assinatura do PPA, de participar de até 50% do projeto.

No primeiro ano do Contrato, o montante comercializado será de 100 MW médios e nos demais anos de 308 MW médios. O volume comercializado é referente à produção de energia no P90 e qualquer energia adicional a ser produzida pelo Projeto Eólico também será comercializada no âmbito do Contrato. A capacidade instalada total do Projeto Eólico é de 676,2 MW. Considerando o exercício da opção pela Cemig GT de participar do empreendimento em até 50%, a capacidade instalada da Companhia passará de 1.953,3 MW para no mínimo 2.291,4 MW.

1.2. Pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH.

Em 2013, a Renova deu mais um importante passo na sua história de crescimento e atração de parceiros estratégicos com o anúncio da aquisição de 51% da Brasil PCH e a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Companhia.

A Brasil PCH detém 13 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA.

A aquisição é estratégica para a Renova que adicionou ativos operacionais em sua base, melhorando o balanceamento entre os ativos já em operação e os ativos em construção e desenvolvimento.

A Brasil PCH incrementará a geração de caixa da Companhia e irá permitir a utilização desse caixa no crescimento da Renova, tanto em projetos já contratados, como em novos projetos.

Além disso, o fortalecimento da fonte hídrica no portfólio da Companhia também é positivo, uma vez que existe

Comentário do Desempenho



complementariedade entre as fontes eólicas e hídricas e diminui o risco de dependência de uma única fonte.

Em sequência aos Fatos Relevantes divulgados em 08 de agosto de 2013 e em 28 de outubro de 2013 e nos termos do Acordo de Investimento (“AI”) celebrado em 08 de agosto de 2013 entre a Companhia, RR Participações S.A. (“RR Participações”), Light Energia S.A. (“Light Energia”), Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e a Chipley Participações S.A. (“Chipley”) e, ainda, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Renova em 12 de fevereiro de 2014, a Companhia anunciou no dia 14 de fevereiro de 2014 que a Cemig GT realizou um adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) no valor de R\$ 739,9 milhões que foi integralmente utilizado para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH pela Chipley, subsidiária da Companhia.

1.3. Atualização sobre aumento de capital e entrada da Cemig GT ou SPE no bloco de controle da Renova.

Conforme Fato Relevante divulgado em 08 de agosto de 2013, foi celebrado Acordo de Investimento entre Cemig GT, RR Participações S.A., Light Energia S.A. e Chipley SP Participações S.A., sociedade de propósito específico do grupo Renova (“AI”) que tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova, por meio da subscrição e integralização de ações ordinárias da Companhia pela Cemig GT ou por uma sociedade de propósito específico, da qual a Cemig GT detenha no mínimo 50% de participação e um fundo de investimento em participações detenha no máximo os outros 50% (“SPE”).

Conforme Reunião do Conselho de Administração e Aviso aos Acionistas divulgado em 20 de fevereiro de 2014, a Companhia aprovou um aumento de capital de até R\$ 3.545,6 milhões (esse montante considera que todos os acionistas, com exceção da RR Participações e da Light Energia, acompanhem o aumento de capital), sendo que R\$ 1.550,1 milhões serão subscritos e integralizados pela Cemig GT ou pela SPE (“Aumento Cemig GT”).

O valor por ação ordinária é de R\$ 17,7789, correspondente a R\$ 53,3367 por *Unit*. Conforme Reunião do Conselho de Administração e Aviso aos Acionistas divulgado em 31 de março de 2014, o prazo para o exercício do direito de preferência decorrente do aumento de capital foi prorrogado e encerrar-se-á no dia 29 de julho de 2014.

Também foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 31 de março de 2014, a realização pela Cemig GT de um AFAC em caráter irrevogável e irretratável por meio de depósito em conta corrente da Companhia, no valor de R\$ 810,1 milhões. Referido depósito também foi efetuado na mesma data.

Estes recursos, juntamente com os recursos disponibilizados pela Cemig GT para a aquisição da Brasil PCH, no valor de R\$ 739,9 milhões no dia 14 de fevereiro, serão integralizados até o dia 29 de julho de 2014, data de encerramento do direito de preferência.

Após o aumento de capital será celebrado novo acordo de acionistas no qual Cemig GT ou SPE, RR Participações e Light Energia farão parte do bloco de controle da Companhia.

A depender do exercício do direito de preferência dos demais acionistas, a composição acionária da Renova após o aumento de capital poderá variar entre os dois casos a seguir:

Comentário do Desempenho



Aumento de capital subscrito e integralizado apenas pela Cemig GT ou SPE

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.629	79,0%	-	-	188.309.629	59,2%
RR Participações	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
Light Energia	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
CEMIG GT ou SPE	87.186.035	36,6%	-	-	87.186.035	27,4%
Outros Acionistas	49.775.616	20,9%	80.408.816	100,0%	130.184.432	40,8%
RR Participações*	9.560.093	4,0%	-	0,0%	9.560.093	3,0%
BNDESPAR	9.311.425	3,9%	18.622.850	23,2%	27.934.275	8,8%
Outros	30.904.098	13,1%	61.785.966	76,8%	92.690.064	29,0%
Total	238.085.245	100,0%	80.408.816	100%	318.494.061	100,0%

Data base: 31/03/14

Aumento de capital subscrito e integralizado pela Cemig GT ou SPE e por todos os Outros Acionistas

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.629	53,7%	-	-	188.309.629	43,6%
RR Participações	50.561.797	14,4%	-	-	50.561.797	11,7%
Light Energia	50.561.797	14,4%	-	-	50.561.797	11,7%
CEMIG GT ou SPE	87.186.035	24,9%	-	-	87.186.035	20,2%
Outros Acionistas	162.017.119	46,3%	80.408.816	100,0%	242.425.935	56,4%
RR Participações*	25.562.104	7,3%	-	0,0%	25.562.104	5,9%
BNDESPAR	33.395.603	9,5%	18.622.850	23,2%	52.018.453	12,1%
Outros	103.059.412	29,5%	61.785.966	76,8%	164.845.378	38,4%
Total	350.326.748	100,0%	80.408.816	100,0%	430.735.564	100,0%

Data base: 31/03/14

*Ações da RR fora do bloco de controle

Para informações mais detalhadas sobre o aumento de capital, consultar o *website* da Companhia (www.renovaenergia.com.br/ri).

1.4. Desenvolvimento do primeiro projeto híbrido eólico + solar e anúncio de LER para energia solar.

A Renova está desenvolvendo um projeto híbrido que contará com um parque de energia solar com capacidade instalada de 4,8 MWp, correspondente a aproximadamente 1 MW médio, a ser instalado na Bahia, na mesma região dos parques eólicos da Companhia.

O parque solar contará com aproximadamente 20 mil módulos fotovoltaicos com estrutura de sustentação fixa e quatro inversores.

Comentário do Desempenho



A construção do parque solar terá início ainda em 2014 e o prazo estimado para conclusão é de aproximadamente 12 meses.

No mesmo projeto serão instalados dois parques eólicos com capacidade instalada de 21,7 MW, correspondente a 11,0 MW médios.

Ainda em relação a fonte solar, o Ministério de Minas e Energia declarou que a ANEEL irá realizar um leilão de energia de reserva somente com energia proveniente de geração solar, resíduos sólidos urbanos, incluindo biogás de resíduos sólidos, e eólica. O certame deverá ser dividido por produtos e a Renova constantemente investe no desenvolvimento da fonte solar e está preparada para aproveitar as oportunidades do setor.

1.5. Concatenação dos parques que comercializaram energia no LEN 2011 (A-3) e LER 2010 com a entrada em operação das linhas de transmissão.

No dia 21 de março de 2014, foi publicado no Diário Oficial da União pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), despacho nº 571/14, alterando o cronograma físico de implantação dos nove parques eólicos da Companhia que comercializaram energia no Leilão de Energia Nova de 2011 (LEN 2011 (A-3)) e o início de suprimento dos respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), a fim de concatená-los com a entrada em operação comercial das linhas de transmissão que atenderão tais empreendimentos eólicos.

A ANEEL concedeu ainda, aos nove parques eólicos, trinta dias para a entrada em operação comercial, a contar da entrada em operação das linhas de transmissão, e estabeleceu que o período de suprimento dos CCEARs deverá ter início de suprimento no primeiro dia do segundo mês subsequente à entrega das linhas de transmissão.

Dessa maneira, a Companhia não estará sujeita a penalidades contratuais e/ou regulatórias até o primeiro dia do segundo mês subsequente à entrega das linhas de transmissão, e o período de suprimento do contrato será mantido.

Em reunião de diretoria da ANEEL realizada no dia 28 de abril de 2014, também foi deferida a concatenação dos parques que comercializaram energia no LER 2010 e a Companhia aguarda a publicação do despacho no Diário Oficial da União. Também foi concedido os trinta dias para entrada em operação comercial, a contar da entrada em operação das linhas de transmissão.

Assim como no LEN 2011 (A-3) a Companhia não estará sujeita a penalidades contratuais e/ou regulatórias até o primeiro dia do segundo mês subsequente à entrega das linhas de transmissão. A data original do final do suprimento do contrato será mantido.

De acordo com o Acompanhamento dos Empreendimentos de Transmissão (SIGET) divulgado pela ANEEL em abril, o cronograma das linhas de transmissão que servirão os parques do Alto Sertão I e Alto Sertão II é:

- LER 2009 e LER 2010 (linha Igaporã II): 18 de maio de 2014
- LEN 2011 (A-3) (linha Igaporã III): 14 de abril de 2015

Comentário do Desempenho



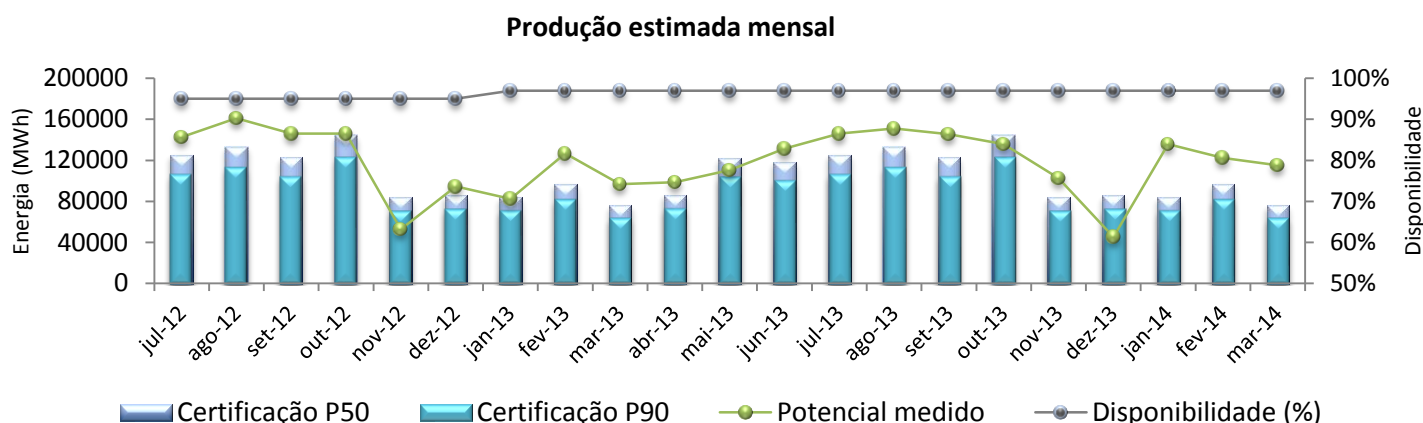
1.6. Alto Sertão I: *potencial eólico medido* dos parques continua superior ao P50.

Com objetivo de manter a transparência e permitir o monitoramento dos parques eólicos do Alto Sertão I, que estão aptos a operar e recebendo receita desde julho de 2012, porém sem linha de transmissão, a Renova acompanha a avaliação do *potencial eólico medido* dos 14 parques.

O *potencial eólico medido* é uma estimativa de produção de energia durante o referido período, baseada nos dados de velocidade de vento das 14 torres anemométricas respectivas aos 14 parques eólicos do Complexo Alto Sertão I, medidos continuamente em intervalos de dez em dez minutos durante todo o período e extrapolados para a localização de cada ponto de turbina. Também foram utilizadas para a estimativa a garantia de disponibilidade e a garantia da curva de potência nos termos do contrato com a General Electric (GE). O estudo foi desenvolvido pela equipe de Desenvolvimento Eólico da Companhia.

Nos primeiros 21 meses desde a conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão I, o *potencial eólico medido* foi 27,9% acima da energia vendida e 11,6% acima do P50.

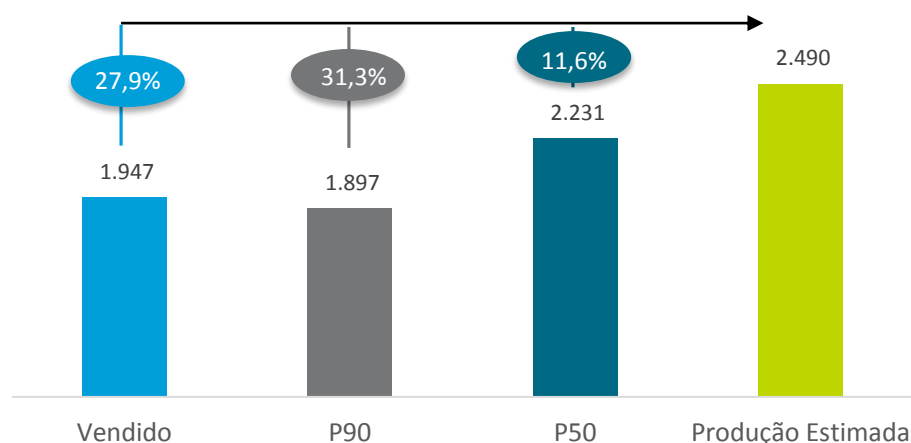
Os gráficos abaixo ilustram a evolução do *potencial eólico medido* mensal e acumulado comparados às estimativas de produção de energia anual das certificações P50 e P90 e à energia anual contratada. As estimativas de produção P50 e P90 significam que existe 50% e 90%, respectivamente, de probabilidade da produção real de energia no longo prazo ser acima desta estimativa.



Comentário do Desempenho



Produção estimada acumulada (GWh)



2. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T14	1T13	Variação
Receita operacional bruta	55.618	57.546	-3,4%
(-) Impostos - Pis, Cofins e ICMS	(2.017)	(2.095)	-3,7%
Receita operacional líquida (ROL)	53.601	55.451	-3,3%
Custos não gerenciáveis	(2.348)	(2.861)	-17,9%
Custos gerenciáveis	447	(3.264)	-113,7%
Depreciação	(17.513)	(16.945)	3,4%
Lucro operacional	34.187	32.381	5,6%
Despesas administrativas	(12.508)	(11.431)	9,4%
Depreciação administrativa	(310)	(240)	29,2%
Receitas/Despesas Financeiras	(17.688)	(18.626)	-5,0%
Resultado de equivalência patrimonial	(2.978)	-	-
IR e CS	(3.447)	(2.785)	23,8%
Lucro líquido	(2.744)	(701)	291,4%
<i>Margem líquida</i>	<i>-5,1%</i>	<i>-1,3%</i>	<i>-3,8 p.p.</i>
Energia vendida (MWh)	308.991	334.237	-7,6%
Número de empregados	235	196	19,9%

Comentário do Desempenho



2.1. Receita operacional líquida consolidada

No primeiro trimestre de 2014, a Companhia apresentou receita operacional líquida de R\$ 53,6 milhões, 3,3% inferior a receita do mesmo período do ano anterior.

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T14	1T13	Variação
Receita líquida - Eólicas	48.114	45.122	6,6%
Receita líquida - PCHs	5.487	10.267	-46,6%
Receita líquida - Solar	-	62	-
Receita operacional líquida (ROL)	53.601	55.451	-3,3%

A variação da receita no trimestre é decorrente de: (i) a receita proveniente das eólicas: correção dos contratos dos parques do LER 2009 pelo IPCA; (ii) receita proveniente das PCHs (não inclui Brasil PCH): neste trimestre foi realizada uma provisão de R\$ 5,1 milhões no ajuste financeiro resultante da comercialização no âmbito da CCEE das PCHs da Renova. Duas PCHs da Renova fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, que realoca contabilmente a energia, transferindo o excedente daquelas que geraram além da sua garantia física para aquelas que geraram abaixo. Como o MRE gerou abaixo da garantia física e houve alta do PLD em função do acionamento das térmicas, a Companhia fez a provisão da sua parcela no ajuste da contabilização dos valores do MRE. Também houve ajustes para a PCH Colino II, que está fora do MRE. A liquidação financeira desses valores só ocorre no ano seguinte, após contabilizado o ano atual inteiro; e (iii) receita proveniente da fonte solar: a Companhia não auferiu receita em 2014.

2.2. Custos consolidados

Os custos de produção de energia foram separados em gerenciáveis e não gerenciáveis.

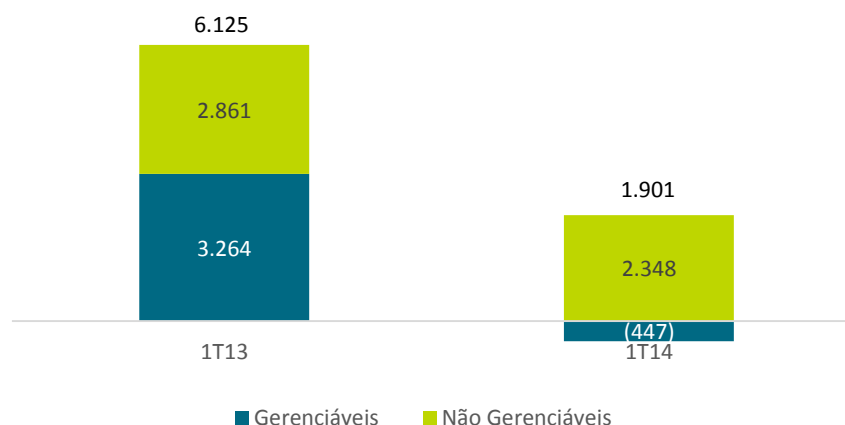
Custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as PCHs se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às PCHs e aos parques eólicos operacionais.

Custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs da controlada Energética Serra da Prata S.A. ("ESPRA") e dos parques eólicos operacionais.

Comentário do Desempenho



Custos sem depreciação (R\$ mil)



No primeiro trimestre de 2014, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 2,3 milhões, diminuição de 17,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, pois no primeiro trimestre de 2013 foi provisionado um valor a maior para a TUST que posteriormente foi estornado.

Os custos gerenciáveis atingiram R\$ 0,4 milhão positivo no primeiro trimestre de 2014. O valor positivo e a variação em relação ao mesmo trimestre de 2013 são devidos principalmente ao estorno da provisão, realizada de setembro a dezembro de 2013, para multa referente ao atraso do início de operação do LER 2010 no valor de R\$ 4,6 milhões, parcialmente compensado por maiores serviços de manutenção nos parques do Alto Sertão I.

Com a alteração do ponto de conexão, a Renova deixou de ter a receita garantida para o LER 2010 e portanto a Companhia provisionou o valor da multa de acordo com o contrato. O contrato estabelece que o ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio. Com a aprovação da concatenação em reunião de diretoria da ANEEL no dia 28 de abril, os valores provisionados foram estornados.

A depreciação no trimestre foi de R\$ 17,5 milhões, em linha com a depreciação do mesmo trimestre de 2013.

Comentário do Desempenho



2.3. Despesas administrativas consolidadas

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T14	1T13	Variação
Pessoal e Administração	3.757	3.875	-3,0%
Serviços de Terceiros	6.311	3.717	69,8%
Aluguéis e arrendamentos	187	161	16,1%
Viagens	416	895	-53,5%
Projetos descontinuados	-	621	0,0%
Seguros	85	36	136,1%
Telefonia e TI	609	467	30,4%
Material de uso e consumo	212	154	37,7%
Outras	931	1.505	-38,1%
Total (*)	12.508	11.431	9,4%

*Exclui depreciação administrativa.

As despesas administrativas registradas no primeiro trimestre de 2014 totalizaram R\$ 12,5 milhões, aumento de 9,4% em relação ao primeiro trimestre de 2013. As variações são explicadas principalmente por:

- Serviços de terceiros: aumento de R\$ 2,6 milhões em relação ao primeiro trimestre de 2013, em função de maiores gastos com advogados, consultorias e publicações, devido ao crescimento da estrutura da Companhia.
- As variações na linha de pessoal e viagens refletem a alocação de despesas nos projetos.
- Projetos descontinuados: a Companhia revisa seu portfólio de projetos básicos e inventários de PCHs trimestralmente. No primeiro trimestre de 2014 não houve projetos descontinuados.
- Outras: representa as despesas envolvidas com fretes e correios, despesas relacionadas a programas sociais voltados às comunidades onde a Companhia atua, além de despesas não recorrentes. A variação em relação ao primeiro trimestre do ano anterior refere-se principalmente a menores gastos com eventos, taxas e fretes.

Comentário do Desempenho



2.4. Resultado financeiro consolidado

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T14	1T13	Variação
Receitas Financeiras	7.011	7.997	-12,3%
Rendimentos Aplicações Financeiras	7.008	7.981	-12,2%
Outras receitas financeiras	3	16	-81,3%
Despesas Financeiras	(24.699)	(26.623)	-7,2%
Encargos de Dívida	(23.141)	(24.540)	-5,7%
Outras despesas financeiras	(1.558)	(2.083)	-25,2%
Resultado Financeiro	(17.688)	(18.626)	-5,0%

O resultado financeiro líquido da Companhia no primeiro trimestre de 2014 foi negativo em R\$ 17,7 milhões.

As receitas financeiras foram 12,3% menores do que a mesmo trimestre do ano anterior, uma vez que o saldo médio do caixa no período foi inferior ao mesmo período do ano anterior.

As despesas financeiras diminuíram 7,2% em relação ao primeiro trimestre de 2013 em função da capitalização dos encargos das debêntures, que passou a ser efetuada no terceiro trimestre de 2013.

2.5. Equivalência Patrimonial – Brasil PCH

Conforme descrito anteriormente, a Renova realizou a aquisição de 51% da Brasil PCH com os recursos do AFAC, por meio de uma subsidiária (Chipley) na qual, na data de hoje, a Companhia possui 60% de participação. Após a integralização do AFAC (no valor de R\$ 739,9 milhões) no aumento de capital da Companhia, a Renova passará a deter 100% da Chipley.

Brasil PCH (100%)	
(Valores em R\$ mil)	Fev e Mar
Receita Líquida	43.510
Custos	(6.823)
Despesas	(2.809)
Depreciação	(7.273)
Resultado Financeiro	(23.060)
IR e CSLL	(1.730)
Lucro Líquido	1.816

A Renova apurou resultado de equivalência patrimonial da Brasil PCH relativa aos meses de fevereiro e março de 2014, nos quais a Brasil PCH apresentou lucro líquido de R\$ 1,8 milhão. A Chipley tem direito a 51% do resultado da Brasil PCH e a Renova a 60% do resultado da Chipley.

A mais valia total da aquisição foi de R\$ 645,9 milhões (diferença entre o preço pago na aquisição e o valor líquido contábil da participação da Chipley no patrimônio líquido da Brasil PCH) e será amortizada, em média, por aproximadamente 18 anos, prazo remanescente das autorizações da Brasil PCH.

O valor mensal médio é de R\$ 3,0 milhões e passou a ser registrado no mês da aquisição. A amortização da mais valia contabilizada na Chipley foi de R\$ 5,9 milhões. Segue o efeito da aquisição na Chipley e na Renova:

Comentário do Desempenho

	Chipeley (51% da Brasil PCH)	Renova (60% da Chipeley)
Equivalência	926	-
Amortização da mais valia	(5.888)	-
Resultado	(4.962)	(2.978)

2.6. Imposto de renda, contribuição social e lucro líquido

Atualmente as receitas da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No primeiro trimestre de 2014, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$ 3,4 milhões, em comparação a R\$ 2,8 milhões no mesmo período do ano anterior. A diferença deve-se principalmente a mudança de tributação das SPEs do LER 2010 que passaram a ser contabilizadas pelo regime de Lucro Presumido e tiveram, consequentemente, suas receitas financeiras tributadas.

No primeiro trimestre de 2014, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 2,7 milhões, ante ao prejuízo de R\$ 0,7 milhão no mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

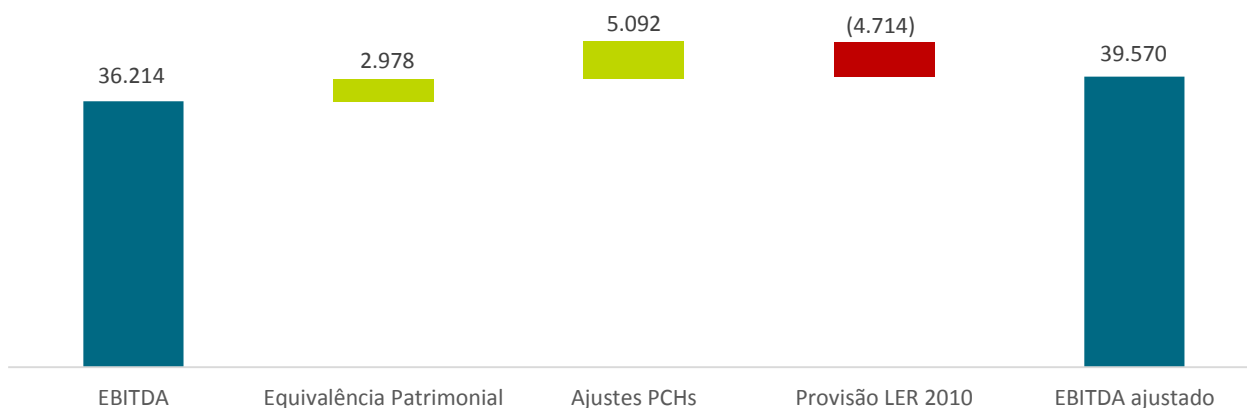


2.7. EBITDA

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T14	1T13	Variação
Receita operacional líquida (ROL)	53.601	55.451	-3,3%
Lucro líquido	(2.744)	(701)	291,4%
(+) IR e CS	3.447	2.785	23,8%
(+) Depreciação	17.823	17.185	3,7%
(+) Despesas Financeiras	24.699	26.623	-7,2%
(-) Receitas Financeiras	(7.011)	(7.997)	-12,3%
EBITDA	36.214	37.895	-4,4%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>67,6%</i>	<i>68,3%</i>	<i>-0,7 p.p.</i>
(+) Equivalência patrimonial	2.978	-	-
(+) Ajustes financeiros PCHs	5.092	-	-
(-) Provisão LER 2010	(4.714)	-	-
EBITDA ajustado	39.570	37.895	4,4%
<i>Margem EBITDA ajustado</i>	<i>73,8%</i>	<i>68,3%</i>	<i>5,5 p.p.</i>

No primeiro trimestre de 2014, o EBITDA da Companhia, ajustado pela equivalência patrimonial e itens não recorrentes, foi de R\$ 39,6 milhões, com margem de 73,8%. A variação do EBITDA em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, foi impactado principalmente por: (i) menor receita líquida no trimestre, em função da provisão de R\$ 5,1 milhões dos ajustes financeiros das PCHs na Companhia estornados do EBITDA ajustado; (ii) menores custos gerenciáveis, principalmente em função do estorno da provisão para o LER 2010 no valor de R\$ 4,7 milhões, também estornados no EBITDA ajustado; e (iii) maiores despesas administrativas. A equivalência decorrente da aquisição da Brasil PCH também diminuiu o valor do EBITDA.

EBITDA ajustado

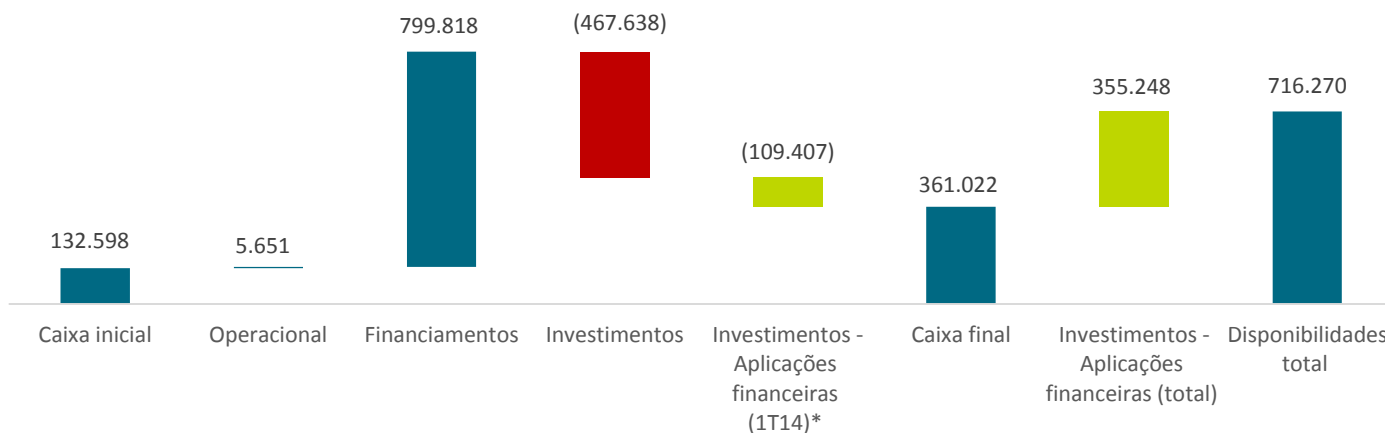


Comentário do Desempenho



3. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa 1T14



* No fluxo de caixa contábil as aplicações financeiras estão classificadas como atividade de Investimentos.

No primeiro trimestre de 2014, o caixa da Renova aumentou R\$ 228,4 milhões em relação à posição de 31 de dezembro de 2013. As principais variações são decorrentes de:

- Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 5,7 milhões;
- Entrada de caixa líquida de R\$ 799,8 milhões em financiamentos, principalmente em função do AFAC recebido da Cemig GT no valor de R\$ 810,1 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$ 467,6 milhões em investimentos, principalmente em função da aquisição de aerogeradores no valor de R\$ 418,0 milhões; e
- Aplicações financeiras no valor de R\$ 109,4 milhões que são referentes a aplicações em fundos de investimentos e que serão utilizados na construção dos parques do Alto Sertão II.

Adicionalmente ao caixa, a Companhia possui R\$ 355,2 milhões em aplicações financeiras, somando um total de R\$ 716,3 milhões de disponibilidades.

Comentário do Desempenho



4. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Balço Patrimonial					
Valores em R\$ mil					
Ativo Consolidado			Passivo Consolidado		
	31/03/2014	31/12/2013		31/03/2014	31/12/2013
Circulante	789.482	441.615	Circulante	1.344.323	1.380.939
Caixa	361.022	132.598	Emp. e Financiamentos	1.123.032	1.100.134
Aplicações financeiras	355.248	241.449	Debêntures	11.584	11.239
Clientes	22.913	20.923	Fornecedores	187.239	244.434
Outros	50.299	46.645	Outros	22.468	25.132
Não Circulante	3.655.795	3.230.564	Não Circulante	1.292.952	1.290.640
Cauções e Depósitos	132.449	123.981	Emp. e Financiamentos	943.393	953.855
Outros	1.370	1.098	Debêntures	334.825	325.028
			Outros	14.734	11.757
			Patrimônio Líquido	1.808.002	1.000.600
Imobilizado em serviço	1.443.185	1.459.662	Capital Social	981.602	981.585
Imobilizado em curso	2.078.791	1.645.823	Reserva de Capital	55.067	55.067
			Prejuízos Acumulados	(38.796)	(36.052)
			Recurso p/futuro aumento de capital	810.129	-
Ativo Total	4.445.277	3.672.179	Passivo Total	4.445.277	3.672.179

4.1. Principais variações do ativo

Em 31 de março de 2014, o valor de disponibilidades (caixa e equivalente de caixa + aplicações financeiras) era de R\$ 716,3 milhões. O aumento do caixa de R\$ 228,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, conforme explicado no fluxo de caixa, foi principalmente em função da entrada de caixa decorrente do AFAC no valor de R\$ 810,1 milhões, parcialmente compensado pelos investimentos no valor de R\$ 467,6 milhões.

No ativo não circulante, a conta de cauções e depósitos aumentou R\$ 8,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, em função da conta de reserva especial, O&M e serviço da dívida do contrato do BNDES para os parques do LER 2009. Esta reserva tem a finalidade de garantir o pagamento integral das prestações e do principal da dívida, respeitando a cobertura do serviço da mesma.

O imobilizado em serviço foi similar ao saldo de 31 de dezembro de 2013 e o aumento de R\$ 433,0 milhões no imobilizado em curso no trimestre foi principalmente em função da aquisição de aerogeradores.

Comentário do Desempenho



Evolução do Investimento em Imobilizado em Serviço		
(Valores em R\$ mil)	31/03/2014	31/12/2013
Parques Eólicos	1.251.145	1.267.259
Energia Eólica - Torres de Medição	4.865	5.247
PCHs	176.318	177.729
Administrativo	10.857	9.427
Total	1.443.185	1.459.662

Evolução do Investimento em Imobilizado em Curso		
(Valores em R\$ mil)	31/03/2014	31/12/2013
Parques Eólicos	2.049.097	1.614.313
Inventários PCHs	16.574	16.449
Projetos Básicos PCHs	13.120	15.061
Total	2.078.791	1.645.823

4.2. Principais variações do passivo

No primeiro trimestre de 2014, o saldo de empréstimos e financiamentos no passivo circulante era de R\$ 1.123,0 milhões, em linha com o saldo de 31 de dezembro de 2013.

Ainda no passivo circulante, o saldo da linha de fornecedores diminuiu 23,4% em relação a 31 dezembro de 2013, em função do estágio das obras do Alto Sertão II e Alto Sertão III. Essa conta é composta principalmente por fornecedores de equipamentos e materiais contratados para construção dos parques eólicos e os valores são referentes ao fornecimento dos aerogeradores e subestações e à construção civil.

O passivo não circulante totalizou R\$ 1.293,0 milhões, em linha com o saldo de 31 de dezembro de 2013 e composto principalmente por empréstimos, financiamentos e debêntures.

4.2.1. Financiamentos

As contas de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures de curto e longo prazo encerraram o primeiro trimestre de 2014 no valor total de R\$ 2.423,9 milhões¹, divididas e com prazo de amortização conforme quadro abaixo. Neste trimestre tivemos a primeira liberação do FINEP para o financiamento do projeto híbrido.

A Companhia ressalta que o montante no curto prazo é em função dos empréstimos pontes (Ponte BNDES) e notas promissórias (Ponte Itaú - NP), que tem vencimento em junho e maio de 2014, respectivamente, ou na data de desembolso da primeira parcela do Contrato de Financiamento de Longo Prazo a ser assinado entre a Companhia e o BNDES, alongando assim o prazo da dívida. O Contrato do Longo Prazo está em fase final de negociação e aguarda

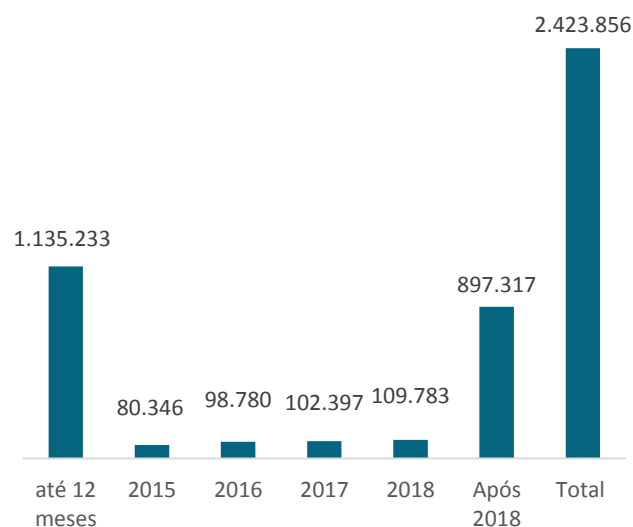
Comentário do Desempenho



reunião de diretoria para aprovação final e liberação dos recursos. As notas promissórias foram renegociadas e possuem nova data de vencimento em outubro de 2014.

Contrato	Taxa	R\$ mil
BNDES Salvador Eólica	TJLP + 1,92%	609.134
BNDES (subcrédito social)	TJLP	2.435
BNDES Bahia Eólica	TJLP + 2,18%	300.008
BNDES (subcrédito social)	TJLP	2.769
Ponte BNDES	TJLP + 2,98%	637.341
Ponte Itaú - NP	CDI + 0,98%	416.868
BNB ²	9,5% a.a.	100.831
Debêntures	123,45% do CDI	348.124
FINEP	3,5% a.a.	6.346
Total do endividamento		2.423.856
Custo de captação		(11.022)
End. líquido dos custos		2.412.834
Disponibilidades ³		(716.270)
Dívida líquida		1.696.564

Cronograma de Vencimentos (R\$ mil)



¹ O total representa o valor contabilizado e juros gerados, sem considerar o custo de captação das operações.

² Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência).

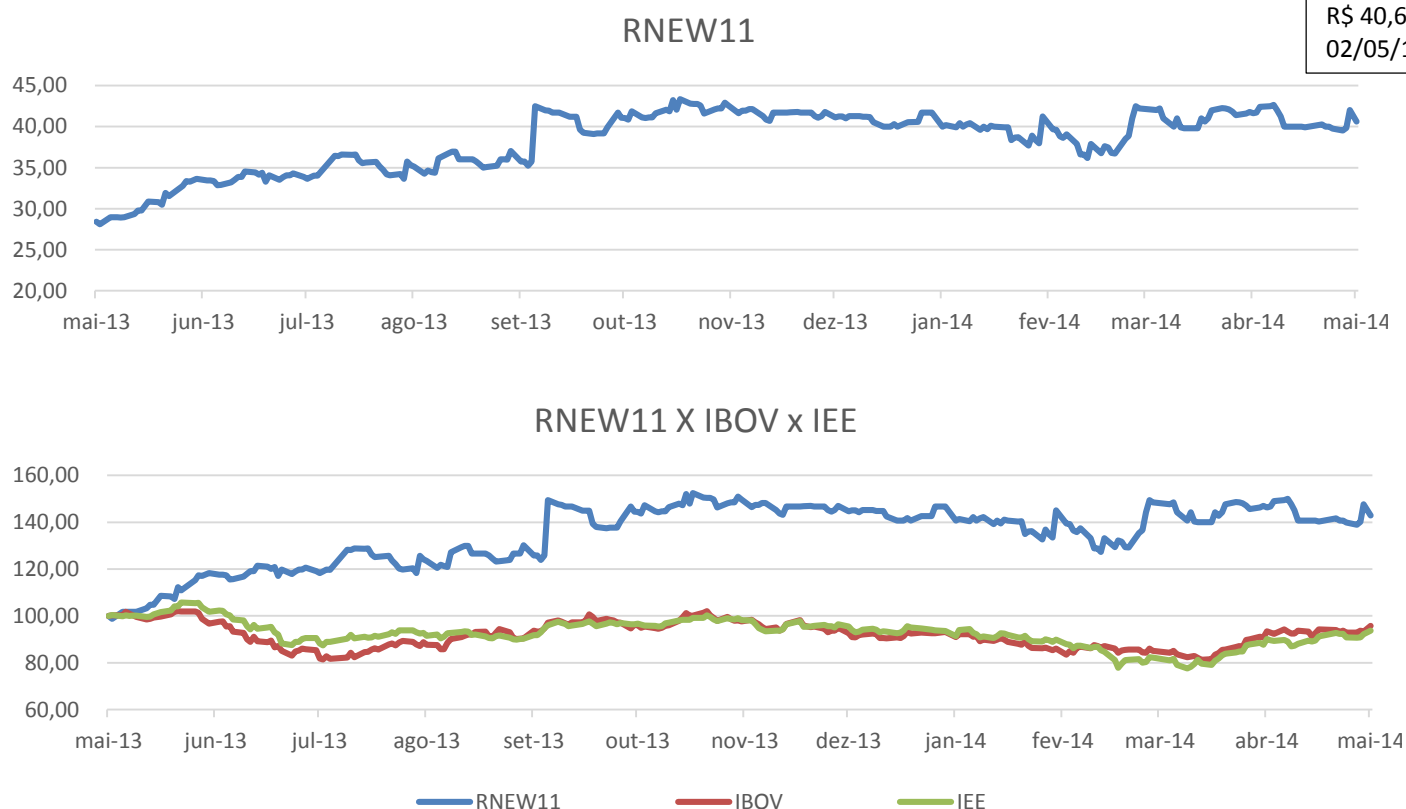
³ Considera caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras.

Comentário do Desempenho



5. DESEMPENHO DA RNEW11 NA BM&FBOVESPA

Segue o desempenho relativo aos últimos 12 meses da RNEW11 em comparação com o Índice Bovespa e Índice de Energia Elétrica.



Fonte: Bloomberg

RNEW11 ¹	Em R\$
IPO (jul/10)	11,67
Fechamento (02/05/2014):	40,63
Maior cotação desde IPO:	43,33
Valorização desde o IPO:	248,0%
Valorização nos últimos 12 meses:	43,8%
Valorização em 2014:	-2,6%

¹ Ajustado por proventos

Com as ferramentas do website da Companhia e do relacionamento constante com acionistas e potenciais investidores em eventos públicos e eventos organizados por bancos de investimento, a área de Relação com Investidores da Renova busca atuar de maneira transparente junto ao mercado, atualizando seus investidores do seu posicionamento, seus projetos em desenvolvimento e perspectivas.

As informações e publicações da Companhia podem ser acessadas no website da Companhia (www.renovaenergia.com.br), no qual também ganham destaque as principais notícias do setor que possam impactar o plano de negócios da Companhia.

Comentário do Desempenho



6. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Bloco de Controle 67,0% ON 43,7% total		RR Participações	Light Energia	RR Participações ¹	BNDESPAR	FIP InfraBrasil	FIP Caixa Ambiental	FIP Santa Bárbara	Outros
33,5% ON 0,0 % PN 21,9% total	33,5% ON 0,0% PN 21,9% total	6,3% ON 0,0% PN 4,1% total	6,2% ON 23,2% PN 12,1% total	7,7% ON 29,0% PN 15,1% total	3,6% ON 13,6% PN 7,1% total	3,1% ON 11,6% PN 6,0% total	6,1% ON 22,7% PN 11,8% total		

Data base: Mar/14

¹ Ações da RR Participações fora do bloco de controle.

7. GLOSSÁRIO

Alto Sertão I - 14 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2009 e que possuem capacidade instalada de 294,4 MW

Alto Sertão II - 15 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2010 e no LEN 2011 (A-3) e que possuem capacidade instalada de 386,1 MW

Alto Sertão III - 40 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LEN 2012 (A-5), LER 2013 e os parques comercializados no mercado livre

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

A-3/A-5 - Leilão de Energia Nova no qual a contratação de energia antecede 3 anos no A-3 e 5 anos no A-5 do início do suprimento

CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

ESPRA – Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da Companhia

ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

LEN - Leilão de Energia Nova

LER - Leilão de Energia de Reserva

MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico

Mercado Livre - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização

Comentário do Desempenho



Mercado Regulado - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia

O&M - Operação e Manutenção

P50 - estimativa que indica que existe 50% de probabilidade da produção real de energia no longo prazo ser acima deste valor. Estimativa média de produção de energia

P90 - estimativa que indica que existe 90% de probabilidade da produção real de energia no longo prazo ser acima deste valor. Estimativa conservadora de produção de energia

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças, divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

PROINFA - Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia

SPE - Sociedade de Propósito Específico

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"), para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis e financeiras de suas controladas.



Informações Contábeis Intermediárias consolidadas e individuais

Em 31 de março de 2014



ÍNDICE	(Página)
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	9

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais	10
2. Base de preparação	18
3. Princípios de consolidação	19
4. Das autorizações	21
5. Comercialização de energia	22
6. Segmentos operacionais	23
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	25
8. Contas a receber de clientes	25
9. Impostos a recuperar	26
10. Adiantamentos a fornecedores	26
11. Cauções e depósitos vinculados	26
12. Impostos diferidos	27
13. Investimentos	28
14. Ativo Imobilizado	36
15. Fornecedores	41
16. Empréstimos, financiamentos e debêntures	42
17. Impostos a recolher	47
18. Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	48
19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	49
20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas	49
21. Receita líquida	53
22. Gastos operacionais	54
23. Resultado financeiro	55
24. Imposto de renda e contribuição social	56
25. Transações com partes relacionadas	57
26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos	61
27. Lucro por ação	69
28. Cobertura de Seguros	69
29. Compromissos	70
30. Transações não envolvendo caixa	71
31. Evento subsequente	71



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	361.022	132.598	332.470	110.686
Aplicações financeiras	7	355.248	241.449	236.180	-
Contas a receber de clientes	8	22.913	20.923	1	1
Impostos a recuperar	9	10.236	10.751	6.641	7.327
Adiantamentos a fornecedores	10	6.569	5.065	3.775	3.261
Despesas antecipadas		3.828	2.338	3.520	1.480
Cauções e depósitos vinculados	11	27.875	27.231	40	40
Dividendos a receber	13	-	-	5.142	20.452
Outros créditos		1.791	1.260	1.763	1.260
Total dos ativos circulantes		789.482	441.615	589.532	144.507
NÃO CIRCULANTES					
Partes relacionadas	25	-	-	27.591	26.589
Cauções e depósitos vinculados	11	132.449	123.981	452	451
Impostos diferidos	12	1.220	948	-	-
Outros créditos		150	150	116	115
Investimentos	13	-	-	994.685	982.779
Imobilizado em serviço	14	1.443.185	1.459.662	15.601	14.614
Imobilizado em curso	14	2.078.791	1.645.823	550.900	193.086
Total dos ativos não circulantes		3.655.795	3.230.564	1.589.345	1.217.634
TOTAL DOS ATIVOS		4.445.277	3.672.179	2.178.877	1.362.141

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
CIRCULANTES					
Fornecedores	15	187.239	244.434	3.449	2.273
Empréstimos e financiamentos	16	1.123.032	1.100.134	-	-
Debêntures	16	11.584	11.239	11.584	11.239
Impostos a recolher	17	9.987	7.549	3.347	1.450
Salários e férias a pagar		4.416	8.465	4.416	8.465
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	18	7.747	8.936	-	-
Outras contas a pagar		318	182	13	12
Total dos passivos circulantes		<u>1.344.323</u>	<u>1.380.939</u>	<u>22.809</u>	<u>23.439</u>
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	16	943.393	953.855	-	-
Debêntures	16	334.825	325.028	334.825	325.028
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	18	11.671	11.670	-	-
Partes relacionadas	25	-	-	13.154	12.987
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	87	87	87	87
Provisão para perda sobre investimento	13	2.976	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		<u>1.292.952</u>	<u>1.290.640</u>	<u>348.066</u>	<u>338.102</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20				
Capital social		1.017.714	1.017.697	1.017.714	1.017.697
(-) Custos na emissão de ações		(36.112)	(36.112)	(36.112)	(36.112)
Reserva de capital		55.067	55.067	55.067	55.067
Prejuízos acumulados		(38.796)	(36.052)	(38.796)	(36.052)
Recurso para futuro aumento de capital		810.129	-	810.129	-
Total do patrimônio líquido		<u>1.808.002</u>	<u>1.000.600</u>	<u>1.808.002</u>	<u>1.000.600</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>4.445.277</u></u>	<u><u>3.672.179</u></u>	<u><u>2.178.877</u></u>	<u><u>1.362.141</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em 31 de março de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
RECEITA LÍQUIDA	21	53.601	55.451	-	62
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciações	14, 22	(17.513)	(16.945)	(382)	(387)
Custo de operação		447	(3.264)	-	(65)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(2.348)	(2.861)	-	-
Total	22	(19.414)	(23.070)	(382)	(452)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		34.187	32.381	(382)	(390)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas	22	(12.420)	(10.293)	(10.143)	(9.570)
Depreciações e amortizações	14, 22	(310)	(240)	(307)	(237)
Outras despesas	22	(88)	(1.138)	(181)	(536)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(2.978)	-	11.281	9.428
Total		(15.796)	(11.671)	650	(915)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		18.391	20.710	268	(1.305)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	7.011	7.997	2.957	6.963
Despesas financeiras	23	(24.699)	(26.623)	(5.969)	(6.738)
Total		(17.688)	(18.626)	(3.012)	225
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		703	2.084	(2.744)	(1.080)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	24	(3.573)	(2.778)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	126	(7)	-	-
Total		(3.447)	(2.785)	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(2.744)	(701)	(2.744)	(1.080)
Prejuízo por ação (expresso em reais - R\$)					
Básico	27	(0,012)	(0,003)	(0,012)	(0,005)
Diluído	27	(0,012)	(0,003)	(0,012)	(0,005)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de março de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Prejuízo do período	(2.744)	(701)	(2.744)	(1.080)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(2.744)</u>	<u>(701)</u>	<u>(2.744)</u>	<u>(1.080)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido controladora	Reversão de ativo diferido	Total do patrimônio líquido consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		1.017.557	(36.112)	52.274	1	(41.580)	-	992.140	(743)	991.397
Aumento do capital social - emissão de ações	20.a	13	-	-	-	-	-	13	-	13
Prejuízo do período		-	-	-	-	(1.080)	-	(1.080)	379	(701)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013		<u>1.017.570</u>	<u>(36.112)</u>	<u>52.274</u>	<u>1</u>	<u>(42.660)</u>	<u>-</u>	<u>991.073</u>	<u>(364)</u>	<u>990.709</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.017.697	(36.112)	55.066	1	(36.052)	-	1.000.600	-	1.000.600
Aumento do capital social - emissão de ações	20.a	17	-	-	-	-	-	17	-	17
Prejuízo do período		-	-	-	-	(2.744)	-	(2.744)	-	(2.744)
Recursos para futuro aumento de capital	20.d	-	-	-	-	-	810.129	810.129	-	810.129
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014		<u>1.017.714</u>	<u>(36.112)</u>	<u>55.066</u>	<u>1</u>	<u>(38.796)</u>	<u>810.129</u>	<u>1.808.002</u>	<u>-</u>	<u>1.808.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de março de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do período		(2.744)	(701)	(2.744)	(1.080)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação	14, 22	17.823	17.185	689	624
Encargos sobre mútuo (líquido)	25	-	-	(162)	(532)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	14	-	621	-	621
Juros sobre debêntures	16	5.606	6.239	5.606	6.239
Juros sobre empréstimos	16	17.535	18.304	-	-
Apropriação dos custos sobre debêntures e empréstimos	16	258	254	104	101
Juros sobre aplicações financeiras e cauções		(4.359)	(1.132)	(1)	-
CCEE/Eletrobras		378	-	-	-
Impostos diferidos	12	(272)	19	-	-
Provisão para gratificações a pagar		673	500	673	500
Outras despesas		-	596	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	13	2.978	-	(11.281)	(9.428)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(1.990)	209	-	74
Impostos a recuperar		515	(1.641)	686	(1.415)
Adiantamentos a fornecedores		(1.504)	(555)	(514)	(197)
Pagamentos antecipados		(1.490)	777	(2.040)	3
Cauções e depósitos vinculados		(5.473)	26	-	-
Outros créditos		(531)	(605)	(504)	(786)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(273)	(33.251)	1.176	(3.119)
Impostos a recolher		4.160	2.891	1.897	(767)
Salários e férias a pagar		(4.722)	677	(4.722)	677
Contas a pagar - Eletrobras / CCEE		(1.566)	(324)	-	-
Outras contas a pagar		136	47	1	1
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.722)	(2.355)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(17.765)	(2.079)	-	-
Dividendos recebidos	13	-	-	15.310	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>5.651</u>	<u>5.702</u>	<u>4.174</u>	<u>(8.484)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	13	(2)	-	(625)	(70.691)
Aplicações financeiras		(109.407)	-	(236.180)	-
Aquisição de imobilizado em serviço	14	(1.346)	(797)	(1.676)	(779)
Aquisição de imobilizado em curso	14, 30	(239.633)	(166.583)	(353.382)	(45.984)
Pagamento de imobilizado adquirido em períodos anteriores		(226.657)	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas - concedidos		-	-	(757)	(172)
Mútuo com partes relacionadas - recebidos		-	-	64	45.367
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(577.045)</u>	<u>(167.380)</u>	<u>(592.556)</u>	<u>(72.259)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de ações	20.c	17	13	17	13
Recursos para futuro aumento de capital	20.d	810.129	-	810.129	-
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	16	6.347	-	-	-
Custos na captação de debêntures	16	-	(171)	-	(171)
Pagamentos de empréstimos	16	(16.675)	(1.258)	-	-
Mútuo com partes relacionadas - Ingresso		-	-	51	21
Mútuo com partes relacionadas - Pagamento		-	-	(31)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>799.818</u>	<u>(1.416)</u>	<u>810.166</u>	<u>(137)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>228.424</u>	<u>(163.094)</u>	<u>221.784</u>	<u>(80.880)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		132.598	608.122	110.686	384.006
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		361.022	445.028	332.470	303.126
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>228.424</u>	<u>(163.094)</u>	<u>221.784</u>	<u>(80.880)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de março de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
RECEITAS					
Vendas de energia	21	55.618	57.546	-	86
Receitas relativas à construção de ativos próprios		31.662	5.337	12.494	4.398
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(1.901)	(6.125)	-	(65)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(9.804)	(7.395)	(7.620)	(6.070)
Valor adicionado bruto		75.575	49.363	4.874	(1.651)
Depreciação e amortização	14, 22	(17.823)	(17.185)	(689)	(624)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		57.752	32.178	4.185	(2.275)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	13	(2.978)	-	11.281	9.428
Receitas financeiras	23, 30	10.683	9.820	2.957	6.963
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		65.457	41.998	18.423	14.116
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		5.999	6.152	5.999	6.152
Honorários da diretoria		693	509	693	509
Benefícios		1.371	1.020	1.371	1.020
FGTS		491	366	491	366
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		7.346	5.210	1.721	240
Estaduais		-	3	-	3
Municipais		-	3	-	3
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		50.413	27.305	10.038	6.239
Aluguéis		544	387	544	387
Outros		1.344	1.744	310	277
Prejuízo do período		(2.744)	(701)	(2.744)	(1.080)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		65.457	41.998	18.423	14.116

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. (“Renova” ou “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“BOVESPA”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Júnior, 999, 4º andar - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de março de 2014, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em construção e em pré-operação:

		% Participação			
		31/03/2014		31/12/2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
PCH	Consolidação				
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	(a) Integral	100,00	-	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A.	(b) Integral na Enerbras	-	99,99	-	99,99
Renova PCH LTDA	(c) Integral	99,00	-	99,00	-

		% Participação			
		31/03/2014		31/12/2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Eólico	Consolidação				
Nova Renova Energia S.A. (Holding)	(d) Integral	99,99	-	99,99	-
Bahia Eólica Participações S.A. (Holding)	(d) Integral na Nova Renova	-	100,00	-	100,00
Centrais Eólicas Candiba S.A.	(e) Integral na Bahia Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	(e) Integral na Bahia Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	(e) Integral na Bahia Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	(e) Integral na Bahia Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	(e) Integral na Bahia Eólica	-	99,99	-	99,99

- CONTINUA -



- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/03/2014		31/12/2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Salvador Eólica Participações S.A. (Holding)	(d) Integral na Nova Renova	-	100,00	-	100,00
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	(e) Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	(e) Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	(e) Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	(e) Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	(e) Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	(e) Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	(e) Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	(e) Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	(e) Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99
Renova Eólica Participações S.A. (Holding)	(d) Integral na Nova Renova	-	100,00	-	100,00
Centrais Eólicas da Prata S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Morrão S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tanque S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	(f) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Ametista S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Borgo S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Caetité S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Dourados S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Espigão S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Maron S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pilões S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Elétricas Botuquara LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Arapuã LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista I LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista II LTDA	(i) Integral	100,00	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista III LTDA	(i) Integral	100,00	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista IV LTDA	(i) Integral	100,00	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista IX LTDA	(i) Integral	100,00	-	-	-

- CONTINUA -



- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/03/2014		31/12/2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Bela Vista V LTDA	(i) Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista VI LTDA	(i) Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista VII LTDA	(i) Integral	100,00	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista VIII LTDA	(i) Integral	100,00	-	100,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista X LTDA	(i) Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XI LTDA	(i) Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XII LTDA	(i) Integral	100,00	-	100,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIII LTDA	(i) Integral	100,00	-	100,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIX LTDA	(i) Integral	100,00	-	100,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XV LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XVI LTDA	(i) Integral	100,00	-	100,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XVII LTDA	(i) Integral	100,00	-	100,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XVIII LTDA	(i) Integral	100,00	-	100,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XX LTDA	(i) Integral	100,00	-	100,00	-
Centrais Eólicas Cedro LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Conquista LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã I LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã II LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã III LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã IX LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã VI LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã VIII LTDA	(i) Integral	100,00	-	100,00	-
Centrais Eólicas Itapuã X LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XI LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XII LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XIII LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XIV LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XIX LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XVI LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XVII LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XVIII LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-

- CONTINUA -



- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/03/2014		31/12/2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Itapuã XXI LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Lençóis LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Recôncavo I LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Riacho de Santana LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Santana LTDA	(i) Integral	99,00	-	99,00	-

Comercialização	Consolidação	% Participação			
		31/03/2014		31/12/2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(j) Integral	100,00	-	100,00	-

Holding	Consolidação	% Participação			
		31/03/2014		31/12/2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renovapar S.A.	(k) Integral	100,00	-	100,00	-

Holding	Controle compartilhado não consolidado	% Participação			
		31/03/2014		31/12/2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Chipley SP Participações S.A.	(l) Direto na Renova	60,00	-	60,00	-
Brasil PCH S.A.	(m) Indireto pela Chipley	-	51,00	-	-

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., (“Espra”).
- (b) Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”), controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras, no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. A Espra entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica. A empresa está em fase pré-operacional.
- (d) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica. Em 2013 a Renova Eólica Participações S.A. pleiteou junto a CVM seu registro como companhia aberta na categoria B, e até o fechamento destas informações contábeis intermediárias ainda não



recebeu confirmação da CVM.

- (e) Sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2009 (LER 2009). Os parques tornaram-se aptos a operar em 2012.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (LER 2010). Os parques eólicos estão em fase de construção.
- (g) Sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (LEN 2011 (A-3)). Os parques eólicos estão em fase de construção.
- (h) Centrais Eólicas São Salvador Ltda. (“São Salvador”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico São Salvador, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2012 (LEN 2012). O parque eólico está em fase de implantação.
- (i) Controladas diretas tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
- (j) Renova Comercializadora de Energia S.A. (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (k) Renovapar S.A. (“Renovapar”), controlada direta, subsidiária integral é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (l) Chipley SP Participações S.A. (Chipley) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (m) Brasil PCH S.A. (Brasil PCH) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.

Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, divulgamos que no trimestre findo em 31 de março de 2014 os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”), que prestam serviço para a Companhia e suas controladas e controlada em conjunto, não realizaram quaisquer serviços não vinculados a auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.



1.1 Entrada da Cemig Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT) no bloco de controle da Companhia e aquisição de 51% da Brasil PCH

No dia 14 de fevereiro de 2014, a CEMIG GT realizou um AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) de R\$739.943 na Chipley SP Participações S.A., subsidiária da Companhia, que foram utilizados integralmente para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH (49% de participação detida pela Petrobras e 2% detida pela Jobelpa), compartilhando assim o seu controle.

Em 31 de março de 2014, a CEMIG GT realizou um AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) de R\$810.129 na Renova Energia S.A..

A Companhia aprovou, por meio de seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$3.545.602, pelo preço de emissão de R\$17,7789 (dezessete reais setenta e sete centavos e oitenta e nove milésimos) por ação ordinária, equivalente a R\$53,3367 (cinquenta e três reais trinta e três centavos e sessenta e sete milésimos) por Unit.

Segundo o Acordo de Investimento celebrado em 08 de agosto de 2013 entre a Companhia, RR Participações S.A., Light Energia S.A., CEMIG Geração e Transmissão S.A. e a Chipley Participações S.A., os direitos de preferência de participar no aumento de capital das ações que integram o bloco de controle formado pelos acionistas RR Participações e Light Energia foram cedidos para a CEMIG GT, que assumiu o compromisso de até 29 de julho de 2014, subscrever as ações e integralizar capital no valor de R\$1.550 milhões, sendo R\$810.129 mediante capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital feito na Companhia e R\$ R\$739.943 será integralizado mediante cessão, à Companhia, do AFAC realizado pela CEMIG GT na Chipley.

Ainda segundo o Acordo de Investimento, a subscrição de ações poderá ser realizada pela própria CEMIG GT e/ou fundo de investimento em participação ("FIP"), ou, ainda, sociedade de propósito específico ("SPE") controlada por tal fundo.

Após o aumento de capital será celebrado novo acordo de acionistas no qual CEMIG GT, RR Participações e Light Energia farão parte do bloco de controle da Companhia.

A depender do exercício do direito de preferência dos demais acionistas, a composição acionária da Renova após o aumento de capital poderá variar entre os dois casos a seguir:



Aumento de capital subscrito e integralizado apenas pela Cemig GT ou SPE

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.629	79,0%	-	-	188.309.629	59,2%
RR Participações	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
Light Energia	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
CEMIG GT ou SPE	87.186.035	36,6%	-	-	87.186.035	27,4%
Outros Acionistas	49.775.616	21,0%	80.408.816	100,0%	130.184.432	40,8%
RR Participações*	9.560.093	4,0%	-	0,0%	9.560.093	3,0%
BNDESPAR	9.311.425	3,9%	18.622.850	23,2%	27.934.275	8,8%
Outros	30.904.098	13,1%	61.785.966	76,8%	92.690.064	29,0%
Total	238.085.245	100,0%	80.408.816	100,0%	318.494.061	100,0%

Data base: 31 de março de 2014

* Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.629	53,7%	-	-	188.309.629	43,6%
RR Participações	50.561.797	14,4%	-	-	50.561.797	11,7%
Light Energia	50.561.797	14,4%	-	-	50.561.797	11,7%
CEMIG GT ou SPE	87.186.035	24,9%	-	-	87.186.035	20,2%
Outros Acionistas	162.017.119	46,3%	80.408.816	100,0%	242.425.935	56,4%
RR Participações*	25.562.104	7,3%	-	0,0%	25.562.104	5,9%
BNDESPAR	33.395.603	9,5%	18.622.850	23,2%	52.018.453	12,1%
Outros	103.059.412	29,5%	61.785.966	76,8%	164.845.378	38,4%
Total	350.326.748	100,0%	80.408.816	100,0%	430.735.564	100,0%

Data base: 31 de março de 2014

* Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Sobre a Brasil PCH

A Brasil PCH detém 13 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA.

Com a aquisição, a Companhia aumentará sua base de ativos operacionais e sua consequente geração de caixa disponível para investir no crescimento da Renova. A aquisição também é positiva uma vez que existe complementariedade entre as fontes eólica e hídrica e diminui o risco de dependência de uma única fonte. Após a aquisição de participação na Brasil PCH, a capacidade instalada contratada da Renova passou para 1.953,3 MW. Adicionando a comercialização feita em 21 de março de 2014 com a CEMIG GT conforme nota 5, a capacidade instalada contratada da Renova será de no mínimo 2.291,4MW.



1.2 Aumento dos passivos circulantes

Em 31 de março de 2014, o passivo circulante consolidado da Companhia é de R\$1.344.323, enquanto o ativo circulante é de R\$789.482. O capital circulante líquido negativo é em função, principalmente, dos empréstimos-pontes assinados com o BNDES no valor de R\$600.000 e da emissão das notas promissórias no montante de R\$400.000 para a construção dos parques eólicos. Os empréstimos-pontes e as notas promissórias possuem vencimento em 15 de junho de 2014 e 04 de maio de 2014, respectivamente, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia.

A Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluem, principalmente, a entrada da CEMIG GT no bloco de controle da Renova com um aporte de capital no montante de R\$1.550.072, sendo R\$739.943 utilizados para a aquisição da Brasil PCH e o restante para reforço de caixa, conforme descrito na nota 1.1. Além disso, a Companhia já enquadrou junto ao BNDES o alongamento de sua dívida por meio da contratação de financiamento de longo prazo.

1.3 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 (A-3)

Os Contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos do LER 2010 deveriam entrar em operação comercial em 01 de setembro de 2013. A Companhia solicitou à ANEEL a concatenação do cronograma do início do fornecimento de energia dos parques eólicos com a entrada em operação das linhas de transmissão. Concatenando a data da nossa obrigação de começar a entregar energia com a data de conclusão da linha de transmissão, a Companhia desloca a data inicial e mantém o período original de 20 anos do contrato de venda de energia.

Em reunião de diretoria da ANEEL realizada no dia 28 de abril de 2014, foi deferida a concatenação dos 6 parques que comercializaram energia no LER 2010 afastando as penalidade contratuais e/ou regulatórias, inclusive prescritas na Resolução nº 63/2004. Diante disso, a Companhia reverteu as provisões anteriormente constituídas para fazer face ao ressarcimento devido pelas SPEs (cláusula 11 do contrato de energia de reserva), no montante de R\$7.399 registrada na linha Contas a pagar – CCEE/Eletrobras, do balanço patrimonial (vide nota 31).

Para os contratos de Energia Nova (LEN 2011 (A-3)), de acordo com o despacho nº 571 de 11 de março de 2014, a ANEEL alterou o início do período de suprimento do contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR a fim de concatená-lo com a entrada em operação comercial de instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 19/2012, concedendo um prazo adicional de trinta dias para entrada em operação comercial, a contar da data de disponibilização das instalações de transmissão, mantendo assim o prazo de suprimento de 20 anos do contrato.

A Companhia monitora e acompanha as obras das linhas de transmissão e de acordo com o cronograma oficial da ANEEL as linhas de transmissão entram em operação em 18 de maio de 2014 para os parques do LER 2010 e em 14 de abril de 2015 para os parques do LEN 2011 (A-3).

1.4 Impacto de novas legislações

1.4.1 Medida Provisória nº 627/2013 (“MP 627”)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a MP 627 que modifica de forma relevante as regras tributárias do Imposto de Renda e da Contribuição Social, dentre outras. Os dispositivos da MP 627 entrarão em vigor obrigatoriamente a



partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano calendário de 2014.

A Administração analisou os impactos tributários dos novos dispositivos e concluiu que não houve distribuição de dividendos e/ou juros de capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários adicionais em relação à distribuição de lucros nos últimos 5 anos. A Administração está analisando se irá optar pela aplicação antecipada das disposições da Medida Provisória.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) (em especial o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias.

As informações contábeis intermediárias consolidadas estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Elas foram preparadas e estão sendo apresentadas em consonância com o CPC 21 (R1) e IAS 34.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Conforme previsto no CPC 43 (R1) o lucro (prejuízo) apresentados nas informações contábeis intermediárias individuais, em 31 de março de 2013, diverge do lucro (prejuízo) consolidado, em função da existência de saldo de ativo diferido ainda não amortizado de controlada. A reconciliação do prejuízo do período findo em 31 de março de 2013 está apresentada na nota 2.2.

A emissão das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foi aprovada para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2014.

2.2 Reconciliação das informações contábeis intermediárias consolidadas (IFRS) e da controladora (CPC)

A reconciliação do resultado do período findo em 31 de março de 2014 está demonstrada como segue:



	Prejuízo do período 31/03/2013
Controladora (CPC)	(1.080)
Baixa do ativo diferido e reversões das respectivas amortizações no resultado	<u>379</u>
Consolidado (IFRS)	<u><u>(701)</u></u>

Descrição das políticas contábeis e respectivos ajustes:

A principal diferença entre a demonstração financeira consolidada (IFRS) e a demonstração financeira da controladora (CPC) está descrita abaixo:

Ativo diferido:

Para fins das informações contábeis intermediárias consolidadas (IFRS), a Administração da Companhia baixou contra prejuízos acumulados na data de transição de 1º de janeiro de 2009 o saldo anteriormente registrado como ativo diferido da controlada indireta Espra, enquanto foi mantido na posição individual (CPC). A Administração optou por manter esse saldo até sua realização total por meio de amortização, que ocorreu em 30 de junho de 2013.

2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais práticas contábeis

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, publicadas no dia 18 de fevereiro de 2014 no jornal Valor Econômico, Diário Oficial de São Paulo e disponibilizadas por meio dos seguintes sítios eletrônicos: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br, www.renovaenergia.com.br/ri.

Para os Pronunciamentos e Interpretações Contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Para os Pronunciamento e Interpretações Contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme divulgado na Nota Explicativa 2 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, não há impactos relevantes para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

3. Princípios de consolidação

Foram consolidadas as informações contábeis intermediárias das controladas mencionadas na nota 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;



-
- eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das companhias controladas, direta e indiretamente;
 - eliminação dos saldos de receitas e despesas;
 - reversão dos saldos das contas de ativo e resultado do ativo diferido da controlada Espra (nota 2.2).



4. Das autorizações

<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,8 MW
Colino II	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,0 MW
Colino I	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,0 MW

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Data da portaria</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	LER 03/2009	695	05/08/2010	35 anos	8,0 MW
Centrais Eólicas Candiba S.A.	LER 03/2009	691	05/08/2010	35 anos	9,6 MW
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	LER 03/2009	700	06/08/2010	35 anos	20,8 MW
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	LER 03/2009	743	19/08/2010	35 anos	28,8 MW
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	LER 03/2009	696	05/08/2010	35 anos	30,4 MW
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	LER 03/2009	690	05/08/2010	35 anos	11,2 MW
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	LER 03/2009	692	05/08/2010	35 anos	24,0 MW
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	LER 03/2009	693	05/08/2010	35 anos	28,8 MW
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	LER 03/2009	694	05/08/2010	35 anos	25,6 MW
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	LER 03/2009	699	05/08/2010	35 anos	24,0 MW
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	LER 03/2009	697	05/08/2010	35 anos	27,2 MW
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	LER 03/2009	698	05/08/2010	35 anos	6,4 MW
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	LER 03/2009	742	19/08/2010	35 anos	30,4 MW
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	LER 03/2009	689	05/08/2010	35 anos	19,2 MW
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	268	20/04/2011	35 anos	30,2 MW
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	117	25/03/2011	35 anos	21,8 MW
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	241	07/04/2011	35 anos	31,9 MW
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	332	27/05/2011	35 anos	30,2 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	330	26/05/2011	35 anos	30,0 MW
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	161	18/03/2011	35 anos	23,5 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011	135	14/03/2012	35 anos	28,6 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011	222	13/04/2012	35 anos	20,2 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011	167	21/03/2012	35 anos	30,2 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011	130	13/03/2012	35 anos	28,6 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011	172	22/03/2012	35 anos	10,1 MW
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011	107	08/03/2012	35 anos	30,2 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011	168	21/03/2012	35 anos	21,8 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011	128	13/03/2012	35 anos	30,2 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011	171	22/03/2012	35 anos	18,5 MW
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	LEN 06/2012	162	22/05/2013	35 anos	22,4 MW
Renova Energia S.A. (Abil)	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,7 MW
Renova Energia S.A. (Acácia)	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,2 MW
Renova Energia S.A. (Angico)	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,1 MW
Renova Energia S.A. (Folha de Serra)	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,0 MW
Renova Energia S.A. (Jabuticaba)	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,0 MW
Renova Energia S.A. (Jacaranda do Cerrado)	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,0 MW
Renova Energia S.A. (Taboquinha)	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,6 MW
Renova Energia S.A. (Tabua)	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,0 MW
Renova Energia S.A. (Vaqueta)	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,4 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes



5. Comercialização de energia

Empresa do grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual Contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	172.450	71.055	121,35	201,62	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino II	PROINFA	Eletrobras	219.008	90.238	121,35	201,62	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Colino I	PROINFA	Eletrobras	153.243	63.141	121,35	201,62	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	LER 03/2009	CCEE	76.233	26.298	144,94	178,48	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Candiba S.A.	LER 03/2009	CCEE	101.644	35.064	144,94	178,48	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	LER 03/2009	CCEE	203.287	70.128	144,94	178,48	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	LER 03/2009	CCEE	330.341	113.958	144,94	178,48	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	LER 03/2009	CCEE	334.900	113.958	146,94	180,94	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	LER 03/2009	CCEE	128.808	43.830	146,94	180,94	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	LER 03/2009	CCEE	254.109	87.660	144,94	178,48	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas NS Sr. Conceição S.A.	LER 03/2009	CCEE	309.138	105.192	146,94	180,94	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	LER 03/2009	CCEE	283.377	96.426	146,94	180,94	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Pindai S.A.	LER 03/2009	CCEE	279.520	96.426	144,94	178,48	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	LER 03/2009	CCEE	309.138	105.192	146,94	180,94	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	LER 03/2009	CCEE	51.523	17.532	146,94	180,94	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	LER 03/2009	CCEE	406.574	140.256	144,94	178,48	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	LER 03/2009	CCEE	177.876	61.362	144,94	178,48	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.537	121,25	145,23	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.847	121,25	145,23	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Morão S.A.	LER 05/2010	CCEE	312.486	128.860	121,25	145,23	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Seraima S.A.	LER 05/2010	CCEE	325.241	134.120	121,25	145,23	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.847	121,25	145,23	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.537	121,25	145,23	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ametista S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	238.148	120.863	101,53	109,61	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Borgo S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	166.189	84.343	100,73	108,74	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Caetité S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	245.001	124.341	100,90	108,92	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Dourados S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	226.155	114.776	100,87	108,89	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Espigão S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	83.951	42.606	102,07	110,19	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Maron S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	236.434	119.993	101,32	109,37	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	202.168	102.603	101,23	109,28	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pilões S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	224.441	113.906	100,09	108,05	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	152.483	77.387	99,69	107,62	mar/14	dez/33	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas São Salvador LTDA	LEN 06/2012	Distribuidoras	158.583	89.413	90,07	90,07	jan/17	dez/36	IPCA	janeiro
Renova Energia S.A. (Abil)	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.426	105,20	107,00	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Renova Energia S.A. (Acácia)	LER 05/2013	CCEE	136.979	60.485	113,70	115,64	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Renova Energia S.A. (Angico)	LER 05/2013	CCEE	75.789	34.187	111,30	113,20	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Renova Energia S.A. (Folha de Serra)	LER 05/2013	CCEE	175.459	85.030	103,60	105,37	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Renova Energia S.A. (Jabuticaba)	LER 05/2013	CCEE	82.011	39.447	104,38	106,17	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Renova Energia S.A. (Jacarandá do Cerrado)	LER 05/2013	CCEE	172.488	83.277	103,99	105,77	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Renova Energia S.A. (Taboquinha)	LER 05/2013	CCEE	186.909	88.537	105,99	107,80	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Renova Energia S.A. (Tábua)	LER 05/2013	CCEE	135.406	64.868	104,80	106,59	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Renova Energia S.A. (Vaqueta)	LER 05/2013	CCEE	197.191	93.796	105,55	107,36	set/15	ago/35	IPCA	setembro
CRNV&M (Umburanas 1) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	98.245	14.801	119,83	119,83	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 2) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	99.774	14.587	119,80	119,80	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 3) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	83.590	10.381	120,92	120,92	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 4) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	82.621	10.321	121,46	121,46	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 5) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	81.692	9.907	121,60	121,60	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 6) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	71.979	11.905	120,27	120,27	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 7) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	28.764	12.029	121,52	121,52	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 8) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	28.169	13.078	119,43	119,43	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 9) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	72.059	9.187	121,95	121,95	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 10) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	82.967	10.920	119,87	119,87	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 11) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	67.410	7.622	120,85	120,85	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 12) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	92.611	12.314	120,15	120,15	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 13) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	81.843	10.506	119,93	119,93	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 14) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	108.051	12.645	121,30	121,30	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 15) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	81.086	9.998	121,41	121,41	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 16) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	97.626	13.528	121,60	121,60	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 18) (*)	A-5 10/2013	Distribuidoras	35.807	4.439	120,64	120,64	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro

* Inclui ICB (Índice de custo benefício) e CEC (Custo econômico de curto prazo) no preço.



Comercialização

Em agosto de 2011, a Light Energia assinou com a Companhia um compromisso de compra de energia proveniente de 400MW de capacidade instalada de energia eólica. Adicionalmente a Companhia possui mais três contratos no mercado livre com 76,0 MW médios comercializados, correspondentes a 145,7 MW de capacidade instalada.

Em 21 de março de 2014, a Renova Comercializadora, controlada da Companhia, comercializou 295 MW médios de energia para fornecimento entre 2016 e 2031, conforme edital de venda de energia elétrica publicado pela Companhia em 07 de fevereiro de 2014 (“Contrato”).

O referido edital tinha como objetivo a venda de energia elétrica pela Renova Comercializadora, bem como a busca de parceiros para o desenvolvimento do projeto eólico que atenderá o Contrato por meio da outorga de opção de participação de até 50% do empreendimento.

Após o processo de adesão, habilitação e classificação de melhor proposta, a Cemig GT sagrou-se vencedora do referido leilão e poderá exercer a opção de participar de até 50% do projeto.

No primeiro ano do Contrato, o montante comercializado será de 100 MW médios e nos demais anos de 308 MW médios. O volume comercializado é referente à produção de energia no P90 e qualquer energia adicional a ser produzida pelo Projeto Eólico também será comercializada no âmbito do Contrato. A capacidade instalada total do Projeto Eólico é de 676,2MW^(*). Considerando o exercício da opção pela Cemig GT de participar do empreendimento em até 50%, a capacidade instalada da Companhia passará de 1.953,3MW^(*) para no mínimo 2.291,4MW^(*).

(*) Informações não revisadas por nossos auditores independentes.

6. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta cinco segmentos reportáveis, dos quais quatro são unidades de negócios estratégicos e um refere-se às atividades administrativas desenvolvidas pela Controladora. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- a) PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Este segmento inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação para comparabilidade dos períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013.
- b) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Os parques vencedores do LER 2009 tornaram-se aptos a operar no segundo semestre de 2012. Os parques vencedores do LER 2010 e LEN 2011 (A-3) estão em fase de implantação.
- c) Solar – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fonte solar. Inclui medições, desenvolvimento de projetos solares de geração em larga escala e de geração distribuída e também venda de mercadorias e serviços. Este segmento se encontra em fase de implantação no período findo em 31 de março de 2014.



d) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas.

As informações por segmento em 31 de março de 2014 e de 2013 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

31/03/2014						
	PCH	Eólico	Solar	Comercialização	Adm.	Consolidado
Receita líquida	5.487	48.114	-	-	-	53.601
Custos não gerenciáveis	(154)	(2.194)	-	-	-	(2.348)
Margem Bruta	5.333	45.920	-	-	-	51.253
Custos gerenciáveis	(1.928)	190	(48)	(382)	(9.893)	(12.061)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.978)	-	-	-	-	(2.978)
Depreciação	(1.392)	(15.742)	-	-	(689)	(17.823)
Receita financeira	972	3.391	-	-	2.648	7.011
Despesa financeira	(2.006)	(16.871)	-	-	(5.822)	(24.699)
Imposto de renda e contribuição social	(615)	(2.832)	-	-	-	(3.447)
Lucro (prejuízo)	(2.614)	14.056	(48)	(382)	(13.756)	(2.744)
Ativos totais	254.836	3.575.674	545	1	614.221	4.445.277
Passivos totais	210.584	2.150.224	-	21	276.446	2.637.275

31/03/2013						
	PCH	Eólico	Solar	Comercialização	Adm.	Consolidado
Receita líquida	10.267	45.122	62	-	-	55.451
Custos não gerenciáveis	(175)	(2.686)	-	-	-	(2.861)
Margem Bruta	10.092	42.436	62	-	-	52.590
Custos gerenciáveis	(1.549)	(2.975)	(65)	(31)	(10.075)	(14.695)
Depreciação	(1.392)	(15.556)	-	-	(237)	(17.185)
Receita financeira	657	1.056	-	-	6.284	7.997
Despesa financeira	(2.194)	(17.838)	-	-	(6.591)	(26.623)
Imposto de renda e contribuição social	(640)	(2.145)	-	-	-	(2.785)
Lucro (prejuízo)	4.974	4.978	(3)	(31)	(10.619)	(701)
Ativos totais	265.397	2.078.786	238	-	325.762	2.670.183
Passivos totais	109.035	1.252.518	-	-	317.921	1.679.474



7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Caixa	25	18	14	11
Bancos conta movimento	28.684	22.318	168	441
Aplicações financeiras	687.561	351.711	568.468	110.234
Total	716.270	374.047	568.650	110.686
Apresentados como:				
Caixa e equivalentes de caixa	361.022	132.598	332.470	110.686
Aplicações financeiras	355.248	241.449	236.180	-
Total	716.270	374.047	568.650	110.686

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor foram classificados como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa de operações compromissadas, remunerados à taxas que variam de 91,75% até 102% do CDI. As aplicações financeiras correspondente à fundos de investimento que não tem característica de caixa e equivalentes de caixa foram classificadas na linha de aplicações financeiras.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota 26.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Eletrobras	6.583	4.593	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	16.329	16.329	-	-
Outros	1	1	1	1
Total	22.913	20.923	1	1

Os saldos em 31 de março de 2014 são compostos por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 24 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.



9. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
IRRF a compensar	8.047	8.254	5.651	5.814
IRRF sobre aplicação financeira	1.877	2.133	944	1.447
COFINS a compensar	102	124	31	30
CSLL a compensar	172	197	3	24
PIS a compensar	23	28	8	8
ISS a compensar	12	12	1	1
ICMS a compensar	3	3	3	3
Total	10.236	10.751	6.641	7.327

10. Adiantamentos a fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Adiantamentos a fornecedores	6.569	5.065	3.775	3.261

11. Cauções e depósitos vinculados

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Circulante	27.875	27.231	40	40
Não circulante	132.449	123.981	452	451
Total	160.324	151.212	492	491

Em 31 de março de 2014, o detalhamento do saldo das cauções e depósitos vinculados é apresentado no quadro abaixo:

Companhia	Caução	Instituição	Taxa	Objeto Contratual	Consolidado	
					31/03/2014	31/12/2013
Salvador Eólica	Conta Garantia	Citibank	98,62% CDI	Financiamento BNDES	18.430	18.003
Bahia Eólica	Conta Garantia	Citibank	98,62% CDI	Financiamento BNDES	9.405	9.188
Renova	Outros	-	-	Aluguel de imóvel	40	40
Total circulante					27.875	27.231



Companhia	Caução	Instituição	Taxa	Objeto Contratual	Consolidado	
					31/03/2014	31/12/2013
LER 2009	Reserva Especial ^(a)	Citibank	98,62% CDI	Financiamento BNDES	76.419	69.241
LER 2009	Reserva O&M ^(b)	Citibank	98,62% CDI	Financiamento BNDES	4.259	4.160
LER 2009	Reserva SD ^(c)	Citibank	98,62% CDI	Financiamento BNDES	39.344	38.433
Espra	Garantia	BNB	99% CDI	Financiamento BNB	11.975	11.696
Renova	Garantia	ANEEL	-	Estudos de projetos e inventários	452	451
Total não circulante					132.449	123.981

Os saldos referem-se a aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES e BNB. Estas aplicações somente poderão ser movimentadas pela Companhia mediante autorização expressa do BNDES e BNB.

(a) Refere-se à caução “Reserva especial” do contrato do BNDES transferida compulsoriamente pelo banco mandatário das SPEs para suas controladoras diretas. Esta reserva destina-se receber a totalidade dos recursos excedentes advindos das contas centralizadoras mantidas com o banco e não movimentável pela controlada com finalidade de garantir o pagamento integral das prestações de amortizações do principal e dos acessórios da dívida. Estas cauções somente poderão ser movimentadas pela controlada mediante autorização expressa pelo BNDES.

(b) Reserva que as controladas deverão manter durante todo o prazo de vigência do contrato com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de operação e manutenção (O&M).

(c) Reserva que as controladas deverão manter durante todo o prazo de vigência do contrato com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações do contrato de financiamento.

12. Impostos diferidos

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota 18). Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
PIS diferido	128	102
COFINS diferida	592	472
IRPJ diferido	287	204
CSLL diferida	213	170
Total	1.220	948



13. Investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013
PCH		
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	124.831	124.135
Chipley SP Participações S.A. (controlada em conjunto)	(2.976)	-
Eólico		
Nova Renova Energia S.A.	872.587	858.291
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(9)	(1)
Centrais Eólicas Itapuã VIII LTDA.	28	28
Centrais Eólicas São Salvador LTDA.	266	266
RenovaPar S.A.	(19)	(16)
Outras participações (*)	(23)	76
Total	994.685	982.779

(*) Demais empresas listadas na Nota 1

As principais informações sobre as controladas e controlada em conjunto estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/03/2014				
	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) do trimestre**
PCH					
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	5.170.101	100,00%	101.955	124.831	696
Renova PCH LTDA	99	99,00%	-	-	(5)
Chipley SP Participações S.A. (controlada em conjunto)	2.000	60,00%	2	(2.976)	(2.978)
Eólico					
Nova Renova Energia S.A.	613.485.292	100,00%	613.485	872.587	13.878
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	100	99,00%	100	(9)	(8)
Centrais Eólicas Itapuã VIII LTDA.	100	99,00%	-	28	(7)
Centrais Eólicas São Salvador LTDA.	219.536	99,99%	220	266	(4)
Renovapar S.A.	100	100,00%	-	(19)	(3)
Outras participações (*)	100	99,99%	100	(23)	(268)
Comercialização					
Renova Comercializadora de Energia S.A.	100	100,00%	-	-	(20)
Total				994.685	11.281

(*) Demais empresas listadas na Nota 1.

(**) Considerando a participação da Companhia.



Companhia	31/12/2013					
	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) do exercício
PCH						
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	5.170.101	100,00%	101.955	124.135	(5.142)	21.652
Renova PCH LTDA	99	99,00%	-	-	-	(8)
Eólico						
Nova Renova Energia S.A.	613.485.292	100,00%	613.485	858.291	-	22.366
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	100	99,00%	100	(1)	-	(42)
Centrais Eólicas Itapuã VIII LTDA.	100	99,00%	-	28	-	(8)
Centrais Eólicas São Salvador LTDA.	219.536	99,99%	220	266	-	(7)
Renovapar S.A.	100	100,00%	-	(16)	-	(16)
Outras participações (*)	100	99,99%	100	76	-	(168)
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A.	100	100,00%	-	-	-	(36)
Total				982.779	(5.142)	43.733

(*) Demais empresas listadas na Nota 1.

A movimentação dos investimentos em controladas e em controlada em conjunto é a seguinte:

Companhia	31/12/2013	Adições	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	31/03/2014
PCH					
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	124.135	-	-	696	124.831
Renova PCH LTDA	-	-	5	(5)	-
Chiplely SP Participações S.A. (controlada em conjunto)	-	2	-	(2.978)	(2.976)
Eólico					
Nova Renova Energia S.A.	858.291	-	418	13.878	872.587
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(1)	-	-	(8)	(9)
Centrais Eólicas Itapuã XVIII LTDA.	28	-	7	(7)	28
Centrais Eólicas São Salvador LTDA.	266	-	4	(4)	266
Renovapar S.A.	(16)	-	-	(3)	(19)
Outras participações (*)	76	15	154	(268)	(23)
Comercialização					
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	20	(20)	-
Total	982.779	17	608	11.281	994.685

(*) Demais empresas listas na Nota 1



Companhia	31/12/2012	Adições	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2013
PCH						
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	107.625	-	-	(5.142)	21.652	124.135
Renova PCH LTDA	(19)	-	27	-	(8)	-
Eólico						
Nova Renova Energia S.A.	652.235	-	183.690	-	22.366	858.291
Centrais Elétricas Itaiparica S.A.	(10)	-	51	-	(42)	(1)
Centrais Eólicas Itapua XVIII LTDA.	-	-	36	-	(8)	28
Centrais Eólicas São Salvador LTDA.	208	-	65	-	(7)	266
Renovapar S.A.	-	-	-	-	(16)	(16)
Outras participações (*)	(10)	83	170	-	(167)	76
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	37	-	(37)	-
Total	760.029	83	184.076	(5.142)	43.733	982.779

(*) Demais empresas listas na Nota 1

Em 31 de março de 2014 a controlada Enerbras possuía dividendos a pagar de R\$5.142 (R\$20.452 em 2013). Esses valores encontram-se registrados na rubrica de dividendos a receber no grupo Ativo circulante da Controladora. Em janeiro de 2014 a Enerbras pagou para Companhia R\$ 15.310 de dividendos relativo ao lucro auferido no exercício de 2012.



Abertura dos investimento na Nova Renova S.A.

A abertura dos investimentos realizados na subholding Nova Renova Energia S.A. que controla as companhias Renova Eólica, Salvador Eólica e Bahia Eólica é a seguinte:

Companhia	31/12/2013	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	31/03/2014
Nova Renova Energia S.A.	22	-	-	22
Renova Eólica Participações S.A.	(200)	418	(17)	201
Centrais Eólicas da Prata S.A.	24.906	-	606	25.512
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	48.051	-	718	48.769
Centrais Eólicas Morrão S.A.	30.142	-	675	30.817
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	34.189	-	753	34.942
Centrais Eólicas Tanque S.A.	38.902	-	676	39.578
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	29.458	-	516	29.974
Centrais Eólicas Ametista S.A.	21.079	-	(49)	21.030
Centrais Eólicas Borgo S.A.	10.573	-	(15)	10.558
Centrais Eólicas Caetité S.A.	22.436	-	(42)	22.394
Centrais Eólicas Dourados S.A.	23.569	-	(42)	23.527
Centrais Eólicas Espigão S.A.	9.841	-	(18)	9.823
Centrais Eólicas Maron S.A.	27.267	-	(43)	27.224
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	17.190	-	(7)	17.183
Centrais Eólicas Pilões S.A.	39.189	-	(43)	39.146
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	14.891	-	(27)	14.864
Bahia Eólica Participações S.A.	1.253	-	426	1.679
Centrais Eólicas Candiba S.A.	21.151	-	37	21.188
Centrais Eólicas Igarorã S.A.	53.393	-	916	54.309
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	24.517	-	184	24.701
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	42.465	-	646	43.111
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	42.474	-	973	43.447
Salvador Eólica Participações S.A.	8.531	-	913	9.444
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	11.418	-	48	11.466
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	26.746	-	412	27.158
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	39.587	-	1.284	40.871
Centrais Eólicas N. S. Conceição S.A.	35.396	-	903	36.299
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	33.514	-	930	34.444
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	37.207	-	1.080	38.287
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	13.552	-	(724)	12.828
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	49.476	-	2.105	51.581
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	26.106	-	104	26.210
TOTAL	858.291	418	13.878	872.587



Companhia	31/12/2012	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2013
Nova Renova Energia S.A.	10	126	-	(114)	22
Renova Eólica Participações S.A.	(21)	153	-	(332)	(200)
Centrais Eólicas da Prata S.A.	24.116	1.757	-	(967)	24.906
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	28.674	20.445	-	(1.068)	48.051
Centrais Eólicas Morrão S.A.	25.868	5.400	-	(1.126)	30.142
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	25.858	9.472	-	(1.141)	34.189
Centrais Eólicas Tanque S.A.	34.459	5.614	-	(1.171)	38.902
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	23.764	6.629	-	(935)	29.458
Centrais Eólicas Ametista S.A.	10.830	10.490	-	(241)	21.079
Centrais Eólicas Borgo S.A.	7.126	3.627	-	(180)	10.573
Centrais Eólicas Caetité S.A.	10.380	12.265	-	(209)	22.436
Centrais Eólicas Dourados S.A.	10.607	13.295	-	(333)	23.569
Centrais Eólicas Espigão S.A.	4.627	5.405	-	(191)	9.841
Centrais Eólicas Maron S.A.	10.997	16.535	-	(265)	27.267
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	8.064	9.335	-	(209)	17.190
Centrais Eólicas Pilões S.A.	25.231	14.242	-	(284)	39.189
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	6.587	8.498	-	(194)	14.891
Bahia Eólica Participações S.A.	715	-	65	473	1.253
Centrais Eólicas Candiba S.A.	20.097	835	(1)	220	21.151
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	50.037	792	(25)	2.589	53.393
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	22.897	635	(9)	994	24.517
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	40.057	1.010	(13)	1.411	42.465
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	39.456	605	(17)	2.430	42.474
Salvador Eólica Participações S.A.	6.734	-	199	1.598	8.531
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	8.884	2.538	-	(4)	11.418
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	22.045	3.798	(6)	909	26.746
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	30.178	5.650	(30)	3.789	39.587
Centrais Eólicas N. S. Conceição S.A.	30.882	1.635	(28)	2.907	35.396
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	27.499	2.990	(29)	3.054	33.514
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	29.224	4.292	(35)	3.726	37.207
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	10.619	3.437	-	(504)	13.552
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	32.912	9.155	(71)	7.480	49.476
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	22.822	3.030	-	254	26.106
TOTAL	652.235	183.690	-	22.366	858.291

Ágio na incorporação

	Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013
Ágio	119.272	119.272
(-) Provisão do ágio no momento da incorporação	(119.272)	(119.272)

Em 15 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou um de seus acionistas, a Hourtin Holdings S.A. ("Hourtin"). Por consequência desta incorporação a Companhia reconheceu um ágio no montante de R\$119.272. Este ágio inicialmente reconhecido na Hourtin foi em função de aquisição de participação no capital da Companhia. O fundamento econômico deste ágio foi suportado pela expectativa de rentabilidade futura da Energética Serra da Prata ("Espra") e de outras sociedades de propósito específico detentoras de projetos pela Renova. Não obstante e conforme indicado no Laudo de Avaliação preparado para evidenciar o fundamento econômico do ágio, os peritos indicaram que pelo fato de a Renova ser uma holding pura e de tal rentabilidade incorrer de seus investimentos diretos e indiretos, o mesmo deve ser atribuído à mais-valia de tais investimentos. Os ativos que foram transferidos



à Companhia à época da operação suportaram o valor do ágio que teve como contrapartida, uma reserva de capital.

Considerando posteriormente a incorporação reversa ocorrida no início de 2010, o ágio foi provisionado integralmente na incorporadora e para efeitos fiscais a Companhia mantém registrado na Parte B do seu Lalur o ágio oriundo dessa incorporação.

13.1. Investimentos societários com controle compartilhado

A Companhia mensura seu investimento nas participações societárias de empreendimentos controlados em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial. As participações societárias dos empreendimentos controlados em conjunto da Companhia assim como suas respectivas informações financeiras resumidas, conforme requerido pelo CPC 45 (IFRS 12), estão abaixo demonstradas:

13.1.1. Chipley SP Participações S.A. (Participação 60%)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2014

<u>ATIVO</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/03/2014</u>
		<u>PASSIVO A DESCOBERTO)</u>	
<u>ATIVOS CIRCULANTES</u>		<u>PASSIVOS NÃO CIRCULANTE</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	2	Adiantamento para futuro aumento de capital	739.943
<u>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</u>		<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A</u>	
Investimento na Brasil PCH	734.981	<u>DESCOBERTO</u>	(4.960)
TOTAL DO ATIVO	<u>734.983</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO	
		LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	<u>734.983</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

	<u>01/01/2014</u>
	<u>a 31/3/2014</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(4.962)
Prejuízo do período	<u>(4.962)</u>



13.1.2. Brasil PCH S.A. (Participação indireta de 51% através da Chipley)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2014

<u>ATIVO</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/03/2014</u>
<u>ATIVOS CIRCULANTES</u>		<u>PASSIVOS CIRCULANTE</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	63.922	Empréstimos e financiamentos	138.719
Outros ativos circulantes	37.761	Dividendos a pagar	16.780
Total dos ativos circulantes	<u>101.683</u>	Outros passivos circulantes	41.421
		Total dos passivos circulantes	<u>196.920</u>
<u>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</u>		<u>PASSIVOS NÃO CIRCULANTE</u>	
Imobilizado	1.202.390	Empréstimos e financiamentos	1.029.244
Outros ativos não circulantes	129.398	Outros passivos não circulantes	59.068
Total dos ativos não circulantes	<u>1.331.788</u>	Total dos passivos não circulantes	<u>1.088.312</u>
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	148.239
		TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.433.471</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.433.471</u>		

- Continua -



- Continuação -

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE DOIS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

	<u>01/02/2014</u> <u>a 31/03/2014</u>
RECEITA LÍQUIDA	43.510
CUSTOS DOS SERVIÇOS	
Depreciações	(5.981)
Custo de operação	(5.965)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(857)
Total	(12.803)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	30.707
RECEITA (DESPESAS)	
Gerais e administrativas	(2.809)
Depreciações e amortizações	(1.292)
Total	(4.101)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	26.606
RESULTADO FINANCEIRO	
Receitas financeiras	2.766
Despesas financeiras	(25.826)
Total	(23.060)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.546
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(1.730)
PREJUÍZO DO PERÍODO	1.816

13.1.3 Aquisição de participação da Brasil PCH pela controlada em conjunto, Chipley

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1., em 14 fevereiro de 2014 a Chipley adquiriu participação de 51% na Brasil PCH S.A. e segundo o acordo de acionistas obteve controle compartilhado deste empreendimento. O valor pago para aquisição desta participação foi de R\$739.943 e o valor contábil da participação da Chipley no patrimônio líquido da Brasil PCH na data de aquisição foi de R\$94.001 gerando uma diferença preliminar que será amortizada durante o prazo de autorização da Brasil PCH. A Administração da Chipley, com base na melhor estimativa existente, preparou uma alocação preliminar do preço de compra pago pelas ações da Brasil PCH e consequente identificação e mensuração da participação da Chipley no valor justo dos ativos e passivos existentes na Brasil PCH. O valor da mais valia paga na aquisição da Brasil PCH foi relativa substancialmente ao valor justo das autorizações de fornecimento de energia possuídas pelas controladas da Brasil PCH. A Administração da Chipley acredita que após a conclusão do processo de alocação do preço de compra, além da parcela de mais valia alocada às autorizações, haja alocação de mais valia ao ativo imobilizado e aos empréstimos. Na data da conclusão destas informações contábeis intermediárias, as avaliações de mercado necessárias e outros cálculos não tinham sido



finalizados e, por consequência, tinham sido apenas provisoriamente apurados com base na melhor estimativa da Administração da Chipley para esses valores prováveis.

14. Ativo Imobilizado

14.1 Consolidado

		31/03/2014			31/12/2013		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	3%	95.797	(12.790)	83.007	95.797	(12.232)	83.565
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	127.732	(12.222)	115.510	127.732	(10.990)	116.742
Máquinas e equipamentos	4%	1.242.337	(104.244)	1.138.093	1.242.337	(89.799)	1.152.538
Veículos	20%	202	(8)	194	202	(2)	200
Móveis e utensílios	10%	123	(65)	58	119	(62)	57
Equipamento de informática	20%	245	(180)	65	245	(170)	75
Torres de medição	20%	9.086	(4.221)	4.865	9.086	(3.839)	5.247
Outros	20%	6.768	(445)	6.323	6.768	(356)	6.412
Sistema de transmissão e conexão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	1.668	(94)	1.574	1.668	(80)	1.588
Máquinas e equipamentos	4%	87.196	(5.152)	82.044	87.594	(4.378)	83.216
		<u>1.571.749</u>	<u>(139.421)</u>	<u>1.432.328</u>	<u>1.572.143</u>	<u>(121.908)</u>	<u>1.450.235</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	3.502	(107)	3.395	2.167	(91)	2.076
Benfeitorias	10%	2.304	(266)	2.038	2.304	(243)	2.061
Móveis e utensílios	10%	3.334	(755)	2.579	3.223	(680)	2.543
Softwares	20%	2.566	(892)	1.674	2.472	(776)	1.696
Equipamento de informática	20%	1.850	(679)	1.171	1.650	(599)	1.051
		<u>13.556</u>	<u>(2.699)</u>	<u>10.857</u>	<u>11.816</u>	<u>(2.389)</u>	<u>9.427</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.585.305</u>	<u>(142.120)</u>	<u>1.443.185</u>	<u>1.583.959</u>	<u>(124.297)</u>	<u>1.459.662</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		268.984	-	268.984	237.438	-	237.438
Estudos e projetos		27.305	-	27.305	27.102	-	27.102
Terrenos		13.169	-	13.169	12.462	-	12.462
Edificações, obras civis e benfeitorias		194.650	-	194.650	183.853	-	183.853
Torres de medição		4.105	-	4.105	4.105	-	4.105
Aerogeradores		990.533	-	990.533	895.864	-	895.864
Equipamentos de subestação		124.271	-	124.271	113.417	-	113.417
Adiantamentos a fornecedores		455.774	-	455.774	171.582	-	171.582
Total do imobilizado em curso		<u>2.078.791</u>	<u>-</u>	<u>2.078.791</u>	<u>1.645.823</u>	<u>-</u>	<u>1.645.823</u>
Total imobilizado		3.664.096	(142.120)	3.521.976	3.229.782	(124.297)	3.105.485



14.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2013	Adições	Reclassificações entre rubricas	31/03/2014
Imobilizado em serviço				
Custo				
Geração				
Usina				
Terrenos	595	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	127.732	-	-	127.732
Máquinas e equipamentos	1.242.337	-	-	1.242.337
Veículos	202	-	-	202
Móveis e utensílios	119	4	-	123
Equipamento de informática	245	-	-	245
Torres de medição	9.086	-	-	9.086
Outros	6.768	-	-	6.768
Sistema de transmissão e conexão				
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.668	-	-	1.668
Máquinas e equipamentos	87.594	-	(398)	87.196
	<u>1.572.143</u>	<u>4</u>	<u>(398)</u>	<u>1.571.749</u>
Administração				
Máquinas e equipamentos	2.167	937	398	3.502
Benfeitorias	2.304	-	-	2.304
Móveis e utensílios	3.223	111	-	3.334
Softwares	2.472	94	-	2.566
Equipamento de informática	1.650	200	-	1.850
	<u>11.816</u>	<u>1.342</u>	<u>398</u>	<u>13.556</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>1.583.959</u>	<u>1.346</u>	<u>-</u>	<u>1.585.305</u>
(-) Depreciação				
Geração				
Usina				
Reservatórios, barragens e adutoras	(12.232)	(558)	-	(12.790)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(10.990)	(1.232)	-	(12.222)
Máquinas e equipamentos	(89.799)	(14.445)	-	(104.244)
Veículos	(2)	(6)	-	(8)
Móveis e utensílios	(62)	(3)	-	(65)
Equipamento de informática	(170)	(10)	-	(180)
Torres de medição	(3.839)	(382)	-	(4.221)
Outros	(356)	(89)	-	(445)
Sistema de transmissão e conexão				
Edificações, obras civis e benfeitorias	(80)	(14)	-	(94)
Máquinas e equipamentos	(4.378)	(774)	-	(5.152)
	<u>(121.908)</u>	<u>(17.513)</u>	<u>-</u>	<u>(139.421)</u>
Administração				
Máquinas e equipamentos	(91)	(16)	-	(107)
Benfeitorias	(243)	(23)	-	(266)
Móveis e utensílios	(680)	(75)	-	(755)
Softwares	(776)	(116)	-	(892)
Equipamento de informática	(599)	(80)	-	(679)
	<u>(2.389)</u>	<u>(310)</u>	<u>-</u>	<u>(2.699)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(124.297)</u>	<u>(17.823)</u>	<u>-</u>	<u>(142.120)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.459.662</u>	<u>(16.477)</u>	<u>-</u>	<u>1.443.185</u>

- CONTINUA -



- CONTINUAÇÃO -

	31/12/2013	Adições	Reclassificações entre rubricas	31/03/2014
Imobilizado em curso				
Geração				
A ratear	237.438	34.135	(2.589)	268.984
Estudos e projetos	27.102	203	-	27.305
Terrenos	12.462	707	-	13.169
Edificações, obras civis e benfeitorias	183.853	10.797	-	194.650
Torres de medição	4.105	-	-	4.105
Aerogeradores	895.864	94.669	-	990.533
Equipamentos de subestação	113.417	10.854	-	124.271
Adiantamentos a fornecedores	171.582	281.603	2.589	455.774
Total do imobilizado em curso	1.645.823	432.968	-	2.078.791
Total do imobilizado	3.105.485	416.491	-	3.521.976

14.3 Controladora

		31/03/2014			31/12/2013		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	9.086	(4.221)	4.865	9.086	(3.839)	5.247
		9.086	(4.221)	4.865	9.086	(3.839)	5.247
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	3.463	(106)	3.357	2.138	(90)	2.048
Benfeitorias	10%	2.304	(265)	2.039	2.304	(243)	2.061
Móveis e utensílios	10%	3.229	(732)	2.497	3.171	(658)	2.513
Softwares	20%	2.566	(892)	1.674	2.472	(776)	1.696
Equipamento de informática	20%	1.831	(662)	1.169	1.632	(583)	1.049
		13.393	(2.657)	10.736	11.717	(2.350)	9.367
Total do imobilizado em serviço		22.479	(6.878)	15.601	20.803	(6.189)	14.614
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		120.196	-	120.196	123.354	-	123.354
Estudos e projetos		27.305	-	27.305	27.102	-	27.102
Terrenos		2.612	-	2.612	2.612	-	2.612
Adiantamentos a fornecedores		400.787	-	400.787	40.018	-	40.018
Total do imobilizado em curso		550.900	-	550.900	193.086	-	193.086
Total imobilizado		573.379	(6.878)	566.501	213.889	(6.189)	207.700



14.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2013	Adições	Reclassificações entre rubricas	31/03/2014
Imobilizado em serviço				
Geração				
Torres de medição	9.086		-	9.086
Administração				
Máquinas e equipamentos	2.138	1.325	-	3.463
Benfeitorias	2.304	-	-	2.304
Móveis e utensílios	3.171	58	-	3.229
Softwares	2.472	94	-	2.566
Equipamento de informática	1.632	199	-	1.831
	<u>11.717</u>	<u>1.676</u>	<u>-</u>	<u>13.393</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>20.803</u>	<u>1.676</u>	<u>-</u>	<u>22.479</u>
(-) Depreciação				
Geração				
Torres de medição	(3.839)	(382)	-	(4.221)
Administração				
Máquinas e equipamentos	(90)	(16)	-	(106)
Benfeitorias	(243)	(22)	-	(265)
Móveis e utensílios	(658)	(74)	-	(732)
Softwares	(776)	(116)	-	(892)
Equipamento de informática	(583)	(79)	-	(662)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(6.189)</u>	<u>(689)</u>	<u>-</u>	<u>(6.878)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>14.614</u>	<u>987</u>	<u>-</u>	<u>15.601</u>
Imobilizado em curso				
Geração				
A ratear	123.354	-	(3.158)	120.196
Estudos e projetos	27.102	203	-	27.305
Terrenos	2.612	-	-	2.612
Adiantamentos a fornecedores	40.018	357.611	3.158	400.787
Total do custo do imobilizado em curso	<u>193.086</u>	<u>357.814</u>	<u>-</u>	<u>550.900</u>
Total do custo do imobilizado	<u>207.700</u>	<u>359.490</u>	<u>-</u>	<u>566.501</u>



Imobilização em serviço

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da autorização. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento direto.

Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL e na conta a ratear os projetos de parques eólicos vencedores do LER 2010, LEN 2011 (A-3), LEN 2012 e projetos comercializados no Mercado Livre que estão em construção por meio das empresas controladas da Companhia. Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores e gastos diversos.

Em 31 de março de 2014, o saldo consolidado da rubrica de Adiantamentos a fornecedores apresenta o montante de R\$455.774 (2013, R\$171.582), composto da seguinte forma: adiantamento para compra de torres de medição com a IEM, no valor de R\$2.889, adiantamento para o contrato de fornecimento de Equipamentos de Subestações assinado com a ABB Ltda, no valor de R\$17.292, adiantamento para compra de aerogeradores no valor de R\$417.948, com a GE e Alstom, adiantamento para montagem de aerogeradores no valor de R\$372, com a Mammoet, adiantamento para os serviços de transportes e correlatos, no valor de R\$4.761, com a IRGA e a Perfimec, adiantamento para obras civis no valor de R\$8.565, com o Consórcio MGT, adiantamento para serviços diversos para cumprimento de requerimentos ambientais nas instalações dos parques eólicos e outros, no valor de R\$3.947.

A rubrica de valores a ratear refere-se principalmente a gastos com projetos, com a implantação das usinas, juros capitalizados e reconhecimento de pagamento baseado em ações. Para a data base de 31 de março de 2014, o montante de juros capitalizados é de R\$72.725 (31 de dezembro de 2013, R\$44.884).

Baixa de projetos

A Companhia adota como prática a revisão de seu portfólio de projetos básicos e inventários trimestralmente. Após revisão de seu portfólio de desenvolvimento de projetos de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia verificou que não há projetos de inventário a serem descontinuados.



15. Fornecedores

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores	<u>187.239</u>	<u>244.434</u>	<u>3.449</u>	<u>2.273</u>

No saldo dos fornecedores consolidado em 31 de março de 2014 incluem-se, principalmente, valores referentes aos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratados para a construção dos parques do LER 2010 e LEN 2011 (A-3) em fase de construção referentes a aerogeradores, subestações e construção civil.

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

		Consolidado											
		31/03/2014						31/12/2013					
		Circulante			Não circulante			Circulante			Não circulante		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Moeda Nacional													
BNDES - LER 2009 ^(a)	TJLP + 1,92% a.a.	1.590	40.493	42.083	-	567.051	567.051	1.724	40.315	42.039	-	577.342	577.342
BNDES - LER 2009 ^(a)	TJLP + 2,18% a.a.	808	19.944	20.752	-	279.256	279.256	880	19.945	20.825	-	284.239	284.239
BNDES - LER 2009 (Subcrédito "C") ^(a)	TJLP	5	481	486	-	2.283	2.283	6	476	482	-	2.407	2.407
BNDES - LER 2009 (Subcrédito "D") ^(a)	TJLP	5	470	475	-	1.960	1.960	5	470	475	-	2.075	2.075
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra ^(b)	9,5% a.a. (8,08% a.a.)*	-	5.624	5.624	-	95.207	95.207	20	5.536	5.556	-	96.635	96.635
BNDES - LER 2010 ^(d)	TJLP + 2,98% a.a.	20.901	336.500	357.401	-	-	-	14.106	336.500	350.606	-	-	-
BNDES - LEN 2011 ^(d)	TJLP + 2,98% a.a.	16.440	263.500	279.940	-	-	-	11.120	263.500	274.620			
Notas Promissórias - LER 2010 ^(e)	100% CDI + 0,98% a.a.	4.510	107.000	111.510	-	-	-	1.644	107.000	108.644	-	-	-
Notas Promissórias - LER LEN 2011 ^(e)	100% CDI + 0,98% a.a.	12.358	293.000	305.358		-	-	4.503	293.000	297.503			
Finep - CEOL Itaparica	3,5% a.a.	-	-	-	-	6.346	6.346	-	-	-	-	-	-
Subtotal dos empréstimos		56.617	1.067.012	1.123.629	-	952.103	952.103	34.008	1.066.742	1.100.750	-	962.698	962.698
Custo de captação da operação		-	(597)	(597)	-	(8.710)	(8.710)	-	(616)	(616)	-	(8.843)	(8.843)
TOTAL		56.617	1.066.415	1.123.032	-	943.393	943.393	34.008	1.066.126	1.100.134	-	953.855	953.855
*15% de bônus de adimplência													
Debêntures - 2ª emissão - Renova Energia S.A. ^(c)	123,45% CDI	1.542	10.062	11.604	44.700	291.820	336.520	1.207	10.062	11.269	34.996	291.821	326.817
Custo de captação da operação		-	(20)	(20)	-	(1.695)	(1.695)	-	(30)	(30)	-	(1.789)	(1.789)
TOTAL		1.542	10.042	11.584	44.700	290.125	334.825	1.207	10.032	11.239	34.996	290.032	325.028



Garantias

O saldo devedor dos Empréstimos e financiamentos, em 31 de março de 2014, é garantido da seguinte forma:

	<u>BNDES (a)</u>	<u>BNB (b)</u>	<u>Debêntures (c)</u>
Recebíveis	2.798.437	633.505	-
Penhor de Ações	11.123	124.831	135.954
Hipoteca	1.264.087	177.729	-
Caução em dinheiro	147.857	11.975	-

Movimentação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	<u>Consolidado</u>			<u>Controladora</u>		
	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.421.527</u>	<u>81.995</u>	<u>1.503.522</u>	<u>299.821</u>	<u>5.374</u>	<u>305.195</u>
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.152.752	-	1.152.752	-	-	-
Encargos financeiros provisionados	-	73.446	73.446	-	-	-
Encargos financeiros provisionados (debêntures)	-	24.588	24.588	-	24.588	24.588
Encargos financeiros pagos	-	(62.086)	(62.086)	-	-	-
Encargos financeiros capitalizados	-	38.643	38.643	-	-	-
Encargos financeiros capitalizados (debêntures)	-	6.241	6.241	-	6.241	6.241
Encargos financeiros incorporados ao principal	92.616	(92.616)	-	-	-	-
Amortização de financiamento	(347.709)	-	(347.709)	-	-	-
Custo de captação	(171)	-	(171)	(171)	-	(171)
Apropriação dos custos de captação	1.030	-	1.030	414	-	414
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>2.320.045</u>	<u>70.211</u>	<u>2.390.256</u>	<u>300.064</u>	<u>36.203</u>	<u>336.267</u>
Empréstimos e financiamentos obtidos	6.347	-	6.347	-	-	-
Encargos financeiros provisionados	-	17.535	17.535	-	-	-
Encargos financeiros provisionados (debêntures)	-	5.606	5.606	-	5.037	5.037
Encargos financeiros pagos	-	(17.765)	(17.765)	-	-	-
Encargos financeiros capitalizados	-	22.840	22.840	-	-	-
Encargos financeiros capitalizados (debêntures)	-	4.432	4.432	-	5.001	5.001
Amortização de financiamento	(16.675)	-	(16.675)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	258	-	258	104	-	104
Saldo em 31 de março de 2014	<u>2.309.975</u>	<u>102.859</u>	<u>2.412.834</u>	<u>300.168</u>	<u>46.241</u>	<u>346.409</u>



Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante (consolidado) têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	31/03/2014
2015	80.346
2016	98.780
2017	102.397
2018	109.783
2019	135.486
Após 2019	761.831
Total	<u>1.288.623</u> (*)

(*) Valor não inclui o custo de captação do empréstimo

(a) Contratos BNDES

As controladas Pajeú do Vento, Planaltina, Porto Seguro, Nossa Senhora da Conceição, Guirapá, Serra do Salto, Guanambi, Alvorada e Rio Verde, com a interveniência da controlada Salvador Eólica tomaram financiamentos junto ao BNDES no montante total de R\$586.677. Os financiamentos possuem taxas de juros de 1,92% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029. Os nove parques totalizam 195,2 MW de capacidade instalada e 84MW médios de energia firme contratada. Em 31 de março de 2014, o montante liberado foi de R\$578.604.

O total financiado para os parques Porto Seguro e Serra do Salto inclui o subcrédito “D”, destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$6.400. O financiamento está indexado à TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização.

As controladas Candiba, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida e Pindaí, com interveniência da controlada Bahia Eólica, tomaram financiamentos junto ao BNDES no total de R\$297.380. Os financiamentos possuem taxas de juros de 2,18% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029. Os cinco parques totalizam 99,2MW de capacidade instalada e 43MW médios de energia firme contratada. Em 31 de março de 2014, o montante liberado foi de R\$295.388.

O total financiado para os parques Candiba e Ilhéus inclui o subcrédito “C”, destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$3.000. O financiamento está indexado a TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3. Para 31 de março de 2014 o índice foi cumprido.



(b) Contrato BNB

A controlada Espira, com interveniência da controlada Enerbras, tomou financiamento junto ao BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Espira, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas Resoluções Autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva (nota 11). O contrato de financiamento junto ao BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

(c) Debêntures simples não conversíveis em ações

Em 31 de março de 2014, a 2ª emissão de Debêntures da Companhia possui as seguintes características:

Controladora					
Forma e Classe	Captado	Saldo em		Encargos	Vencimento
		31/03/2014	31/12/2013		
Moeda Nacional					
Debêntures da 1ª Série - 2ª emissão	10.063	11.604	11.269	123,45% CDI	17/09/2014
Debêntures da 2ª Série - 2ª emissão	26.163	30.171	29.301	123,45% CDI	17/09/2015
Debêntures da 3ª Série - 2ª emissão	27.169	31.331	30.428	123,45% CDI	17/09/2016
Debêntures da 4ª Série - 2ª emissão	29.182	33.652	32.682	123,45% CDI	17/09/2017
Debêntures da 5ª Série - 2ª emissão	35.220	40.614	39.443	123,45% CDI	17/09/2018
Debêntures da 6ª Série - 2ª emissão	57.358	66.143	64.236	123,45% CDI	17/09/2019
Debêntures da 7ª Série - 2ª emissão	38.238	44.096	42.824	123,45% CDI	17/09/2020
Debêntures da 8ª Série - 2ª emissão	35.220	40.614	39.443	123,45% CDI	17/09/2021
Debêntures da 9ª Série - 2ª emissão	43.270	49.899	48.460	123,45% CDI	17/09/2022
Total	301.883 (*)	348.124 (*)	338.086 (*)		

(*) Valor não inclui o custo de captação das debêntures.

Em 11 de outubro de 2012 ocorreu a liquidação financeira da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, em nove séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme, no valor total de R\$301.883 e prazo total de 10 anos, vencendo em 17 de setembro de 2022.

As debêntures serão remuneradas a uma taxa de juros de 123,45% do CDI. A amortização de principal e juros ocorre apenas no vencimento de cada série (*bullet*). A Companhia poderá resgatar as debêntures a qualquer momento e a seu critério a partir de 17 de setembro de 2014. Os recursos captados por meio desta emissão serão destinados ao reforço de caixa e/ou investimentos nos projetos do LER 2010 e/ou LEN 2011 (A-3).



A emissão das debêntures foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, com base na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de agosto de 2012 (“RCA”) e da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 31 de agosto de 2012 (“AGE”), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia. Não há cláusula de repactuação das debêntures.

São garantias das debêntures a alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações da Enerbras de titularidade da Companhia e a cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil proveniente do fluxo de dividendos distribuídos pelas controladas Enerbras e Nova Renova. Esta operação estabelece que o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = dividendos recebidos/serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1. O serviço da dívida é representado pela amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação. Em 31 de março de 2014 esse índice foi atingido.

(d) BNDES (Curto Prazo)

Em 07 de junho de 2013, as controladas indiretas da Companhia assinaram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$600.000. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 (A-3). O vencimento do principal da dívida decorrente deste Contrato será pago ao BNDES em prestação única em 15 de junho de 2014, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia.

São garantias do financiamento o penhor de ações da controlada Renova Eólica Participações S.A.. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,98% ao ano mais TJLP.

Esta operação estabelece que o Índice (patrimônio líquido/ativo total) deve ser igual ou superior a 0,25. Em 31 de março de 2014 esse índice foi atingido.

(e) Notas promissórias

Em 05 de novembro de 2013, as controladas indiretas emitiram notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de até R\$400.000 e nos termos da instrução CVM nº 476.

Sobre as notas promissórias incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI – Depósitos interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a.

O vencimento das notas promissórias comerciais será de 180 (cento e oitenta) dias contados das respectivas datas de emissão, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia. As notas promissórias terão garantia fidejussória pela Companhia por meio de aval para a totalidade das obrigações a serem assumidas pelas controladas.

A liquidação das notas promissórias ocorreu na mesma data e os recursos serão destinados à implementação dos quinze parques eólicos do LER 2010 e do LEN 2011 (A-3).

As notas promissórias não exigem índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.



(f) FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui taxa de juros de 3,5% a.a., carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Em 31 de março de 2014, o montante liberado foi de R\$6.346.

São garantias deste financiamento a cartas de fiança bancária no valor de 50% de cada liberação, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras e alienação fiduciária dos bens móveis (equipamentos) adquiridos no curso do financiamento.

17. Impostos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
INSS a recolher	577	526	569	525
FGTS a recolher	144	-	144	-
IRRF sobre folha	1.793	624	1.793	624
Contribuição Sindical	31	1	31	1
IRRF a recolher	925	481	539	114
IOF a recolher	117	51	52	16
ICMS a recolher	37	114	-	68
ISS a recolher	699	758	35	44
PIS a recolher	214	213	1	1
COFINS a recolher	986	985	3	4
PIS, COFINS e CSLL	269	127	165	25
INSS retido de terceiros	945	841	15	28
IRPJ a pagar	2.044	1.747	-	-
CSLL a pagar	1.206	1.081	-	-
TOTAL	9.987	7.549	3.347	1.450



18. Contas a pagar - CCEE/Eletrobras

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Circulante		
Eletrobras	6.535	2.060
CCEE	1.212	6.876
	<u>7.747</u>	<u>8.936</u>
Não circulante		
CCEE	11.671	11.670
	<u>19.418</u>	<u>20.606</u>

Eletrobras

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espira e a Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

No período findo em 31 de março de 2014, o montante de energia gerada (30.671MWh) foi inferior à faturada (53.436 MWh) resultando após a contabilização do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) no âmbito da CCEE – mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos que envolvem os geradores – em um ajuste financeiro negativo no valor de R\$5.092 (31 de dezembro de 2013, R\$2.060).

CCEE – LER 2009

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2009 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na subcláusula 11.3 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio. Os valores do ressarcimento são registrados na linha de receita líquida, exceto a parcela de 15% acima do preço vigente, que representa a penalidade, a qual é registrada na linha de custo.

CCEE – LER 2010

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2010 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual (período de setembro a agosto) as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na subcláusula 11.3 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio. Em 31 de março de 2014, a Companhia reverteu a provisão da multa. (vide nota 1.3)



19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o saldo da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas era de R\$87 e refere-se basicamente a processos administrativos de riscos ambientais.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$3.530 (2013, R\$3.455), sendo R\$3.406 (2013, R\$3.165) cíveis, R\$23 (2013, R\$189) trabalhistas e R\$101 (2013, R\$101) administrativos, os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 31 de março de 2014. As principais causas são relativas a danos morais e rescisão de contrato de arrendamento e aluguéis.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

A APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

O valor do risco é de aproximadamente, R\$1.420. Baseado no entendimento da Administração e dos seus assessores jurídicos esse risco é classificado como “possível” justificando o não provisionamento.

20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

Conforme previsto no artigo 8º do seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

Durante o exercício de 2013, foram registrados na Companhia os seguintes aumentos de capital:

Aumento de capital por meio do plano de opções de compra de ações

A Companhia possui um plano de remuneração de longo prazo para seus colaboradores, por meio do qual são outorgadas opções de compra de ações da Companhia para colaboradores elegíveis quando do cumprimento de marcos estabelecidos pelo plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a quantidade total de opções



outorgadas, exercidas e integralizadas por meio do plano de opções de compra está representada no quadro a seguir:

Data	Quantidade			Valor
	Ações ON	Ações PN	Total de Ações	
18/03/2013	39.112	78.224	117.336	13
12/08/2013	356.849	713.698	1.070.547	121
19/09/2013	62.535	125.070	187.605	21
20/12/2013	6.003	12.006	18.009	2
Total	464.499	928.998	1.393.497	157

No exercício de 2013, da subscrição de capital de R\$157, o montante de R\$140 foi integralizado e R\$17 restou a integralizar. Durante o exercício 34.684 ONs foram convertidas em PNs.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia subscrito era de R\$1.017.714 e integralizado era de R\$1.017.697, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	101.123.594	64,4%	-	0,0%	101.123.594	43,8%
RR Participações	50.561.797	32,2%	-	0,0%	50.561.797	21,9%
Light Energia	50.561.797	32,2%	-	0,0%	50.561.797	21,9%
Outros Acionistas	55.775.616	35,6%	74.408.816	100,0%	130.184.432	56,2%
RR Participações*	18.560.093	11,8%	-	0,0%	18.560.093	8,0%
BNDESPAR	9.311.425	5,9%	18.622.850	25,0%	27.934.275	12,1%
InfraBrasil	11.651.467	7,4%	23.302.933	31,3%	34.954.400	15,1%
Santander	2.269.804	1,5%	4.539.608	6,1%	6.809.412	2,9%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	3,5%	10.940.586	14,7%	16.410.879	7,1%
FIP Santa Barbara	4.655.782	3,0%	9.311.560	12,5%	13.967.342	6,0%
Outros	3.856.752	2,5%	7.691.279	10,3%	11.548.031	5,0%
Total	156.899.210	100,0%	74.408.816	100,0%	231.308.026	100,0%

* Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Em 31 de março de 2014 o saldo de capital a integralizar (R\$17) foi totalmente integralizado. Durante o período 6.000.000 ONs foram convertidas em PNs.

Em 31 de março de 2014, o capital social da Companhia subscrito e integralizado era de R\$1.017.714, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:



RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	101.123.594	67,0%	-	0,0%	101.123.594	43,8%
RR Participações	50.561.797	33,5%	-	0,0%	50.561.797	21,9%
Light Energia	50.561.797	33,5%	-	0,0%	50.561.797	21,9%
Outros Acionistas	49.775.616	33,0%	80.408.816	100,0%	130.184.432	56,2%
RR Participações*	9.560.093	6,3%	-	0,0%	9.560.093	4,1%
BNDESPAR	9.311.425	6,2%	18.622.850	23,2%	27.934.275	12,1%
InfraBrasil	11.651.467	7,7%	23.302.933	29,0%	34.954.400	15,1%
Santander	2.269.804	1,5%	4.539.608	5,7%	6.809.412	2,9%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	3,6%	10.940.586	13,6%	16.410.879	7,1%
FIP Santa Barbara	4.652.782	3,1%	9.305.560	11,5%	13.958.342	6,0%
Outros	6.859.752	4,6%	13.697.279	17,0%	20.557.031	8,9%
Total	150.899.210	100,0%	80.408.816	100,0%	231.308.026	100,0%

* Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

c) Custos na emissão de ações

Controladora

31/03/2014	31/12/2013
------------	------------

Custos na emissão de ações	(36.112)	(36.112)
----------------------------	----------	----------

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de abertura de capital (IPO – Oferta Pública Inicial) ocorrido em julho de 2010, no valor de R\$13.686, aumento de capital por meio do novo investidor Light Energia ocorrido em setembro de 2011, no valor de R\$20.555 e gastos no valor de R\$1.871 com a operação de aumento de capital por meio da nova investidora BNDESPAR ocorrida em setembro de 2012.

d) Reservas

Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o efeito dos custos do Pagamento Baseado em Ações em seus parques do LER 2009, LER 2010 e LEN 2011 (A-3) e demais projetos, bem como os prêmios pagos referentes ao sucesso no IPO e também em acordos firmados com seus executivos. Esses registros refletem tanto provisões de ações já outorgadas quanto o registro de provisão de ações que serão outorgadas no médio e curto prazo. O detalhamento dos registros contábeis está na nota 25.4.



e) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de março de 2014 a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT) transferiu para a Companhia o valor total de R\$810.129 a título de adiantamento para futuro aumento de capital em caráter irrevogável e irretratável e com quantidade fixa de ações a serem adquiridas, nos termos do contrato de adiantamento para futuro aumento de capital assinado pela Companhia e a CEMIG GT. Desta forma a Companhia classificou esse adiantamento para futuro aumento de capital dentro do seu patrimônio líquido. De acordo com o contrato a subscrição total do adiantamento deverá ocorrer até 29 de julho de 2014.

f) Dividendos

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei das S.A.;

(iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas.

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva Legal e (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores.



21. Receita líquida

	Consolidado				Controladora
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2013
	MWh*	MWh*	R\$/mil	R\$/mil	
Geração/disponibilização energia					
Suprimento de energia elétrica - PCHs - Eletrobras	53.436	56.107	10.774	10.655	-
Suprimento de energia elétrica - Eólicas - CCEE	278.320	278.130	49.936	46.805	-
Diferença de Geração Contrato ELETROBRAS	(22.765)	-	(5.092)	-	-
Total da receita			55.618	57.460	-
(-) Deduções da Receita					
COFINS			(1.658)	(1.698)	-
PIS			(359)	(373)	-
Total das deduções			(2.017)	(2.071)	-
Outras receitas					
Operações - solar			-	86	86
(-) Deduções da receita					
COFINS			-	(15)	(15)
PIS			-	(3)	(3)
ISS			-	(3)	(3)
ICMS			-	(3)	(3)
			-	62	62
Total			53.601	55.451	62

(*) informações não revisadas pelos auditores independentes.



22. Gastos operacionais

	Consolidado					
	31/03/2014			31/03/2013		
	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total
Tusd/Tust ^(*)	2.328	-	2.328	2.841	-	2.841
Taxa de fiscalização	20	-	20	20	-	20
	<u>2.348</u>	<u>-</u>	<u>2.348</u>	<u>2.861</u>	<u>-</u>	<u>2.861</u>
Pessoal e administradores	-	3.757	3.757	-	3.875	3.875
Serviços de terceiros	1.987	6.311	8.298	1.305	3.717	5.022
Aluguéis e arrendamentos	1.406	187	1.593	1.002	161	1.163
Viagens	-	416	416	-	895	895
Depreciação	17.513	310	17.823	16.945	240	17.185
Projetos descontinuados	-	-	-	-	621	621
Seguros	789	85	874	774	36	810
Telefonia e TI	-	609	609	-	467	467
Material de uso e consumo	85	212	297	106	154	260
Reversão da multa sobre ressarcimento (**)	(4.714)	-	(4.714)	-	-	-
Outras	-	931	931	77	1.505	1.582
	<u>17.066</u>	<u>12.818</u>	<u>29.884</u>	<u>20.209</u>	<u>11.671</u>	<u>31.880</u>
Total	<u>19.414</u>	<u>12.818</u>	<u>32.232</u>	<u>23.070</u>	<u>11.671</u>	<u>34.741</u>

(*) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão

(**) Conforme mencionado na nota 1.3 a Companhia reverteu o saldo da multa sobre a não entrada em operação dos parques eólicos do LER 2010 e registrou essa reversão na mesma linha que deu origem ao custo da operação.

	Controladora					
	31/03/2014			31/03/2013		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Pessoal, Administradores	-	3.757	3.757	-	3.875	3.875
Serviços de Terceiros	-	4.746	4.746	-	3.182	3.182
Aluguéis e Arrendamentos	-	187	187	-	161	161
Viagens	-	390	390	-	846	846
Depreciação	382	307	689	387	237	624
Projetos descontinuados	-	-	-	-	621	621
Seguros	-	85	85	-	36	36
Telefonia e TI	-	591	591	-	440	440
Material de Uso e Consumo	-	164	164	-	146	146
Outras	-	404	404	65	799	864
Total	<u>382</u>	<u>10.631</u>	<u>11.013</u>	<u>452</u>	<u>10.343</u>	<u>10.795</u>



23. Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.008	7.981	2.645	6.276
Juros recebidos - mútuo	-	-	309	679
Descontos obtidos	3	16	3	8
	<u>7.011</u>	<u>7.997</u>	<u>2.957</u>	<u>6.963</u>
Despesas financeiras				
Juros	(54)	(87)	(13)	(4)
Juros - mútuo	-	-	(147)	(147)
Encargos da dívida	(23.141)	(24.540)	(5.606)	(6.238)
IOF	(214)	(337)	(53)	(222)
Despesas bancárias	(33)	(56)	(15)	(22)
Fianças Bancárias	(971)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(286)	(1.603)	(135)	(105)
	<u>(24.699)</u>	<u>(26.623)</u>	<u>(5.969)</u>	<u>(6.738)</u>
Total	<u>(17.688)</u>	<u>(18.626)</u>	<u>(3.012)</u>	<u>225</u>



24. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	703	2.084	(2.744)	(1.080)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(239)	(709)	933	367
<u>Adições permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(282)	(183)	(282)	(183)
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Resultado da equivalência patrimonial	(1.013)	-	3.836	3.206
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	2.448	1.504	-	-
Efeito dos impostos diferidos não reconhecido sobre:				
Provisões temporárias	2.259	(170)	2.259	(170)
Prejuízo fiscal e base negativa	(6.746)	(3.220)	(6.746)	(3.220)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(3.573)</u>	<u>(2.778)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A Controladora não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de março de 2014 a Controladora possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados impostos diferidos:

	31/03/2014	31/03/2013
Prejuízo fiscal do período	<u>(19.841)</u>	<u>(9.471)</u>
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(125.723)</u>	<u>(95.632)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(145.564)</u>	<u>(105.103)</u>

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se às controladas Espra (regime de lucro presumido), aos 14 parques eólicos em operação (regime de lucro presumido), às subholdings Bahia Eólica e Salvador Eólica (regime de lucro real) e aos 15 parques em construção (regime de lucro real).

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social, respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

Os impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não foram reconhecidos por não terem uma perspectiva de lucros tributáveis futuros.

25. Transações com partes relacionadas

	Vigência		Controladora					
			Ativo		Passivo		Resultado financeiro	Resultado financeiro
			31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013
	Início	Fim						
Espra	10/07/2009	31/12/2014	-	-	13.154	12.987	(147)	(147)
CE Itaparica	01/01/2014	30/06/2014	346	-	-	-	2	-
Salvador Eólica	27/05/2011	31/12/2014	17.999	17.544	-	-	201	198
Bahia Eólica	17/10/2011	31/12/2014	9.246	9.045	-	-	106	105
CE Tanque	25/10/2012	30/12/2013	-	-	-	-	-	143
CE da Prata	25/10/2012	30/12/2013	-	-	-	-	-	105
CE Ventos do Nordeste	25/10/2012	30/12/2013	-	-	-	-	-	122
CE Seraíma	14/12/2012	30/12/2013	-	-	-	-	-	3
CE Araçás	14/12/2012	30/12/2013	-	-	-	-	-	3
Total			27.591	26.589	13.154	12.987	162	532

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, controladas ou outras partes relacionadas relativas a mútuos. A Companhia não teve receita com juros no resultado consolidado em 31 de março de 2014.

Mesmo com os vencimentos no curto prazo, a expectativa da Companhia é que esses valores sejam realizados no longo prazo.

25.1 Contas a receber e a pagar

Contas a receber – correspondem a mútuos realizados com as controladas conforme descrito no quadro. Esses mútuos foram realizados para suprir a necessidade de caixa dessas empresas.

Contas a pagar – o mútuo realizado com a coligada Espra foi realizado para suprir necessidade de caixa.

Para ambos os saldos (a receber e a pagar), o valor devido está sujeito a correção pela TJLP, acrescido de juros que podem variar de 0,25% a 0,5% a.a..



25.2 Comercialização

Em agosto de 2011, a Light Energia assinou com a Companhia um compromisso de compra de energia proveniente de 400MW de capacidade instalada de energia eólica.

Em 21 de março de 2014, a Renova Comercializadora, controlada da Companhia, comercializou 295 MW médios de energia para fornecimento entre 2016 e 2031, conforme edital de venda de energia elétrica publicado pela Companhia em 07 de fevereiro de 2014 (“Contrato”).

No primeiro ano do Contrato, o montante comercializado será de 100 MW médios e nos demais anos de 308 MW médios. O volume comercializado é referente à produção de energia no P90 e qualquer energia adicional a ser produzida pelo Projeto Eólico também será comercializada no âmbito do Contrato. A capacidade instalada total do Projeto Eólico é de 676,2 MW.

25.3 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração para os períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$2.530 e R\$2.602, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária paga pela Companhia no exercício.

Controladora	31/03/2014	31/03/2013		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (*)	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5	2	5	7
Remuneração fixa acumulada	554	51	459	510
Salário ou pró-labore	493	43	459	502
Benefícios diretos e indiretos	61	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em comitê	n/a	8	n/a	8
Remuneração variável	200	n/a	8	8
Bônus	200	n/a	8	8
Pagamento baseado em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração por órgão	754	51	467	518

Remuneração média mensal do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.



Controladora	31/03/2014	31/12/2013	
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (*)	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	2	5
Valor da maior remuneração individual	40	10	40
Valor da menor remuneração individual	25	8	25
Valor médio de remuneração individual	33	9	33

(*) a Companhia possui ainda 5 Conselheiros que não possuem remuneração. Em 31 de março de 2014, não há remuneração para os membros do Conselho.

25.4 Plano de Opção de Compra de Ações

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei 6.404/76 e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia. O Plano tem como principal objetivo atrair profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores. O Plano de Opção de Compra de Ações estabelece que sejam elegíveis como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações, os administradores, executivos e empregados da Companhia, bem como as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle.

Elaborado visando o alto desempenho de seus projetos Eólicos, as outorgas e *vestings* são simultâneos e totalmente ligados ao sucesso dos marcos de cada projeto, sendo calculado ao percentual de 3% do Valor Presente Líquido do projeto calculado em cada data dos seguintes marcos:

- 10% na assinatura do contrato de venda de energia;
- 20% na assinatura do financiamento para construção do projeto;
- 20% na data de entrada em operação do projeto;
- 50% após um ano da entrada em operação do projeto.

A outorga de opções deve respeitar sempre o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas. Uma vez exercida a opção, as ações objeto da respectiva opção serão emitidas por meio de aumento de capital da Companhia, a ser deliberado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia.

Em 31 de março de 2014, a quantidade total de opções outorgadas e exercida em ato contínuo da Companhia é de 4.094.055 ações, na proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais. Essas ações foram integralizadas ao valor de R\$0,34 por *unit* (uma ação ordinária e duas ações preferenciais).

O atual plano de pagamento baseado em ações não contempla novas adesões nem novos projetos. Entretanto, para os beneficiários desligados durante o exercício de 2013 houve outorgas de opções relativas a novos projetos como parte de condição contratual, conforme quadro abaixo:



<u>Data da outorga</u>	<u>Quantidade de opções/units outorgadas</u>	<u>Valor justo da outorga</u>	<u>Preço de exercício</u>	<u>Valor justo na data da outorga</u>
18/03/13	11.573	32,32	0,34	370
19/09/13	47.288	46,55	0,34	2.185
20/12/13	4.547	47,00	0,34	212
			Outros	25
				<u>2.792</u>

O valor justo das outorgas foi registrado na reserva de benefícios a empregados no montante de R\$2.792 (2012, R\$2.561).

As demais outorgas ocorridas no exercício de 2013 referem-se a plano de pagamento baseado em ações de projetos antigos já registrados.

Segue o detalhamento dos registros dos serviços prestados por projeto:

LER 2009				
		<u>Qtde units</u>	<u>Valor units - R\$</u>	<u>Valor Total R\$/mil</u>
10%	na assinatura do contrato de venda de energia	53.385	26,86	1.434
20%	na assinatura do financiamento para construção do projeto	106.771	26,86	2.868
20%	na data de entrada em operação do projeto	127.319	29,16	3.713
50%	após um ano da entrada em operação do projeto	344.006	30,97	10.654
		<u>631.481</u>		<u>18.669</u>
LER 2010				
		<u>Qtde units</u>	<u>Valor units - R\$</u>	<u>Valor Total R\$/mil</u>
10%	na assinatura do contrato de venda de energia	27.272	26,86	733
20%	na assinatura do financiamento para construção do projeto	72.772	29,40	2.139
20%	na data de entrada em operação do projeto	78.693	29,40	2.314
50%	após um ano da entrada em operação do projeto	215.340	29,40	6.331
		<u>394.077</u>		<u>11.517</u>
LEN 2011				
		<u>Qtde units</u>	<u>Valor units - R\$</u>	<u>Valor Total R\$/mil</u>
10%	na assinatura do contrato de venda de energia	10.498	31,76	333
20%	na assinatura do financiamento para construção do projeto	34.106	29,40	1.003
20%	na data de entrada em operação do projeto	37.841	29,40	1.113
50%	após um ano da entrada em operação do projeto	101.468	29,40	2.983
		<u>183.913</u>		<u>5.432</u>

A Companhia ainda distribuiu as seguintes ações a título de sucesso na Oferta Pública Inicial (IPO) e acordos com executivos-chave:



	Controladora			Data outorga e vesting
	Qtde units	Valor units - R\$	Valor Total R\$/mil	
Sucesso Oferta Pública Inicial (IPO)	360.051	24,78	8.922	2011
Sucesso Oferta Pública Inicial (IPO)	125.000	32,96	4.120	2011
Acordo executivo-chave	48.000	33,15	1.591	2011
Acordo executivo-chave	22.890	25,35	580	2012
Acordo executivo-chave	54.000	26,76	1.445	2012
	<u>609.941</u>		<u>16.658</u>	

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.



	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	344.245	351.711	344.245	351.711
Contas a receber de clientes	22.913	20.923	22.913	20.923
Cauções e depósitos vinculados	27.875	27.231	27.875	27.231
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	132.449	123.981	132.449	123.981
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	187.239	244.434	187.239	244.434
Debêntures	11.604	11.269	11.584	11.239
Empréstimos e financiamentos	1.123.649	1.100.750	1.123.032	1.100.134
Não circulante				
Debêntures	336.520	326.817	334.825	325.028
Empréstimos e financiamentos	952.082	962.698	943.393	953.855

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	236.180	110.234	236.180	110.234
Contas a receber de clientes	1	1	1	1
Cauções e depósitos vinculados	40	40	40	40
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	452	451	452	451
Partes relacionadas	27.591	26.589	27.591	26.589
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	3.449	2.273	3.449	2.273
Debêntures	11.604	11.269	11.584	11.239
Não circulante				
Debêntures	336.520	326.817	334.825	325.028
Partes relacionadas	13.154	12.987	13.154	12.987



b. Categorias de instrumentos financeiros

Abaixo demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado							
	31/03/2014				31/12/2013			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros								
Circulante								
Aplicações financeiras	-	344.245	-	344.245	-	351.711	-	351.711
Contas a receber de clientes	22.913	-	-	22.913	20.923	-	-	20.923
Cauções e depósitos vinculados	27.875	-	-	27.875	27.231	-	-	27.231
Não circulante								
Cauções e depósitos vinculados	132.449	-	-	132.449	123.981	-	-	123.981
Passivos Financeiros								
Circulante								
Fornecedores	-	-	187.239	187.239	-	-	244.434	244.434
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.123.032	1.123.032	-	-	1.100.134	1.100.134
Debêntures	-	-	11.584	11.584	-	-	11.239	11.239
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	-	-	943.393	943.393	-	-	953.855	953.855
Debêntures	-	-	334.825	334.825	-	-	325.028	325.028

	Controladora							
	31/03/2014				31/12/2013			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros								
Circulante								
Aplicações financeiras	-	236.180	-	236.180	-	110.234	-	110.234
Contas a receber de clientes	1	-	-	1	1	-	-	1
Cauções e depósitos vinculados	40	-	-	40	40	-	-	40
Não circulante								
Cauções e depósitos vinculados	452	-	-	452	451	-	-	451
Partes relacionadas	27.591	-	-	27.591	26.589	-	-	26.589
Passivos Financeiros								
Circulante								
Fornecedores	-	-	3.449	3.449	-	-	2.273	2.273
Debêntures	-	-	11.584	11.584	-	-	11.239	11.239
Não circulante								
Debêntures	-	-	334.825	334.825	-	-	325.028	325.028
Partes relacionadas	-	-	13.154	13.154	-	-	12.987	12.987

c. Mensuração pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.



Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis), para 31 de março de 2014 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31/03/2014	Valor justo em 31 de março de 2014		
		Mercado ativo - preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (Nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	687.561	-	687.561	-

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Valor justo em 31 de dezembro de 2013		
		Mercado ativo - preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (Nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	351.711	-	351.711	-

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

No período findo em 31 de março de 2014 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d. Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas Controladas apresentados na nota 16, possuem como contrapartes o BNB, BNDES e Debenturistas. As regras contratuais para os passivos



financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao CDI, TJLP e Taxa pré-fixada.

e. Análise de sensibilidade (Consolidado)

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de março de 2014		10,55%	10,55%	10,55%
Aplicações financeiras:				
Taxa anual estimada do CDI para 2014	Baixa do CDI	687.561	687.561	687.561
Efeito anual nas aplicações financeiras:		11,19%	8,39%	5,60%
Ganho		4.461		
Perda			(15.040)	(34.542)

Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de março de 2014		10,55%	10,55%	10,55%
Empréstimos:				
DEBÊNTURES - RENOVA	Alta do CDI	348.124	348.124	348.124
NOTAS PROMISSÓRIAS - LER 2010 E LEN 2011	Alta do CDI	416.868	416.868	416.868
Taxa anual estimada do CDI para 2014		11,19%	13,99%	16,79%
Efeito anual nos empréstimos:				
Perda		5.418	29.103	52.787



Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de março de 2014		5,00%	5,00%	5,00%
Empréstimos:				
BNDES - LP - LER 2009	Alta da TJLP	914.346	914.346	914.346
BNDES - CP - LER 2010 e LEN 2011	Alta da TJLP	637.341	637.341	637.341
Taxa anual estimada da TJLP para 2014		5,00%	6,25%	7,50%
Efeito anual nos empréstimos:				
Perda		-	19.396	38.792

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 11,19%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (8,39% a.a.) e 50% (5,60% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para as debêntures e notas promissórias que são vinculadas à taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento de 25% (13,99%) e 50% (16,79%), respectivamente.

Para os empréstimos e financiamentos vinculados à TJLP, a Companhia e suas controladas consideraram um cenário provável com base na taxa para o segundo trimestre de 2013 obtida do BNDES o qual espera-se a manutenção desta taxa para o horizonte de um ano, 5%. Os cenários II e III consideram uma alta dessas taxas em 25% (6,25%) e 50% (7,50%), respectivamente. Observa-se que o spread médio ponderado nas aplicações financeiras e nos empréstimos são: (i) 101,39% do CDI nas aplicações financeiras; (ii) 1,99% + TJLP para os empréstimos com BNDES e (iii) 123,45% do CDI para as debêntures.

Os efeitos (aumento/redução) demonstrados nessa análise de sensibilidade referem-se às variações das taxas de juros consideradas para os cenários I, II e III em relação à taxa de juros efetiva em 31 de março de 2014.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e de suas controladas. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f. Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da controlada e controladora em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais são apresentadas conforme quadro a seguir:



		Consolidado			
		31/03/2014			
Instrumentos a taxa de juros	Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Pré fixadas					
Espra Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	100.831	1.341	4.283	19.139	76.068
Pós fixadas					
Outras Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	1.974.901	1.072.125	45.880	253.752	603.144
Renova Debêntures	348.124	-	11.604	135.768	200.752
Total	2.423.856	1.073.466	61.767	408.659	879.964

g. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

		Valor contábil			
		Consolidado		Controladora	
Ativos financeiros	Nota	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Circulante					
Contas a receber de clientes	8	22.913	20.923	1	1

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de março de 2014 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.



i. Gestão de capital

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Dívida de financiamentos e empréstimos	2.412.834	2.390.256
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	716.270	374.047
Dívida líquida	1.696.564	2.016.209
Patrimônio líquido	1.808.002	1.000.600
Índice de alavancagem financeira - %	94%	202%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Em 31 de março de 2014, o passivo circulante é maior que o ativo circulante em função dos empréstimos-ponte que tem vencimento em junho de 2014 ou na data de desembolso da primeira parcela do Contrato de Financiamento de Longo Prazo que venha a ser assinado entre o BNDES e a Companhia.

A Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, como por exemplo o enquadramento junto ao BNDES do alongamento de sua dívida por meio da contratação de financiamento de longo prazo.

j. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

k. Risco da escassez hidrológica

A controlada indireta Energética Serra da Prata S.A. gera energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita.



27. Lucro por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Prejuízo do período	(2.744)	(701)	(2.744)	(1.080)
<u>Prejuízo por ação básico e diluído:</u>				
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	231.308	229.931	231.308	229.931
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(0,012)</u>	<u>(0,003)</u>	<u>(0,012)</u>	<u>(0,005)</u>

28. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 31 de março de 2014 é como segue:

Riscos de geração, construção e transmissão:

Objeto da Garantia	Operação Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia - Obrigações Contratuais	R\$ 183	08/09/2013	08/09/2014	COELBA
Riscos Operacionais	R\$ 156.109	25/09/2013	25/09/2014	ESPRA
Responsabilidade Civil	R\$ 20.000	25/09/2013	25/09/2014	ESPRA

**Construção**

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia Executante Construtor (LER 2009)	R\$ 48.519	01/02/2014	28/07/2014	ANEEL
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação LER 2010	R\$ 29.470	14/04/2014	31/10/2014	ANEEL
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação LEN 2011	R\$ 41.193	05/12/2011	21/08/2015	ANEEL
Risco de Engenharia / ALOP (LER 2009)	R\$ 1.287.348	30/06/2012	30/06/2014	Renova Energia
Risco de Engenharia / ALOP (LER 2010)	R\$ 672.254	30/03/2014	28/06/2014	ANEEL
Risco de Engenharia / ALOP (LEN 2011)	R\$ 785.586	29/11/2012	01/05/2014	ANEEL
Responsabilidade Civil – LER 2009	R\$ 10.000	28/06/2013	28/06/2014	Renova Energia
Responsabilidade Civil - LER 2010	R\$ 20.000	30/03/2013	28/06/2014	Renova Energia
Responsabilidade Civil - LEN 2011	R\$ 20.000	29/11/2012	01/05/2014	Renova Energia
Transporte / Delay Start Up (Projeto LER 2010 / LEN 2011)	R\$ 801.500	30/11/2012	01/05/2014	Renova Energia
Garantia Executante Construtor (LEN 2012)	R\$ 3.144	02/04/2013	01/04/2017	ANEEL
Garantia Executante Construtor (LER 2013)	R\$ 31.750	05/12/2013	01/12/2015	ANEEL

Administração e Portfólio

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Seguros de Responsabilidade Civil geral de administradores – D&O	R\$ 30.000	18/12/2013	18/12/2014	Renova Energia
Seguro de Responsabilidade Civil para Oferta Pública de Ações – POSI	R\$ 25.000	07/07/2013	07/07/2014	Renova Energia
Seguro Empresarial	R\$ 7.050	07/11/2012	07/11/2014	Renova Energia
Seguro Empresarial	R\$ 3.276	19/11/2013	19/11/2014	Renova Energia
Garantia de Registro - PB - PCH Açungui	R\$ 412	15/08/2013	15/08/2014	ANEEL
Garantia ICG LEN 2011 - 1ª Fase	R\$ 5.560	03/04/2013	03/04/2014	ANEEL
Garantia De Registro	R\$ 244	12/08/2013	12/08/2014	ANEEL
Garantia de Concorrência - 2013	R\$ 21.971	03/12/2013	06/05/2014	CCEE
Seguro veículo	R\$ 240	14/11/2013	14/11/2014	Renova Energia
Rd Equipamento (Medidor De Ventos - Lidar)	R\$ 1.236	12/09/2013	12/09/2014	LIDAR

29. Compromissos

A Companhia e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos assumidos relativos a construção dos parques do LER 2010 e LEN 2011 (A-3), incluindo aquisições de máquinas e equipamentos no montante de R\$228.583 para pagamento em 2014.



30. Transações não envolvendo caixa

Durante o primeiro trimestre de 2014, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Encargos financeiros capitalizados	27.272	2.762	4.432	-
Rendimentos financeiros capitalizados	(3.672)	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	169.735	-	-	-

31. Evento subsequente

31.1 Quitação e renegociação das notas promissórias

Em 30 de abril de 2014 as controladas indiretas quitaram as notas promissórias comerciais, no valor de R\$400.000 (principal) acrescido de juros do período, emitidas em 05 de novembro de 2013, cujos recursos foram destinados a implementação dos quinze parques eólicos do LER 2010 e do LEN 2011 (A-3).

A Companhia e suas controladas renegociaram a emissão das notas promissórias por um período complementar de 6 meses a partir de 30 de abril de 2014 no valor de principal de R\$ 400.000, mantendo as mesmas condições financeiras da primeira emissão.

31.2 Concatenação dos parques do LER 2010

Em reunião de diretoria da ANEEL realizada no dia 28 de abril de 2014, foi deferida a concatenação dos 6 parques que comercializaram energia no LER 2010 afastando as penalidade contratuais e/ou regulatórias, inclusive prescritas na Resolução nº 63/2004. De acordo com as práticas contábeis, a Companhia procedeu com os ajustes necessários em suas informações contábeis.

* * *

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto
Diretor Presidente

Pedro V.B. Pileggi
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo de Lima Assaf
Diretor Jurídico e de Compras

Ney Maron de Freitas
Diretor de Sustentabilidade e de Comunicação

Reinaldo Cardoso Silveira
Contador CRC 014311-0/0-S- SP

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Renova Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board- IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCT2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. A medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de maio de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU José Luiz Santos Vaz Sampaio
Auditores Independentes Contador
CRC- nº 2 SP 011609/O-8-"F" BA CRC – BA nº 015.640/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

São Paulo, 05 de maio de 2014.

Carlos Mathias A. Becker Neto
Diretor Presidente

Pedro Villas Boas Pileggi
Diretor Financeiro e de RI

Ney Maron de Freitas
Diretor de Sustentabilidade e Comunicação

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

São Paulo, 05 de maio de 2014.

Carlos Mathias A. Becker Neto
Diretor Presidente

Pedro Villas Boas Pileggi
Diretor Financeiro e de RI

Ney Maron de Freitas
Diretor de Sustentabilidade e Comunicação

Ricardo de Lima Assaf
Diretor Jurídico e de Compras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

São Paulo, 05 de maio de 2014.

Carlos Mathias A. Becker Neto
Diretor Presidente

Pedro Villas Boas Pileggi
Diretor Financeiro e de RI

Ney Maron de Freitas
Diretor de Sustentabilidade e Comunicação

Ricardo de Lima Assaf
Diretor Jurídico e de Compras